



ESTUDO SOBRE A CADEIA AGROINDUSTRIAL DE PROTEÍNA ANIMAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

01.

APRESENTAÇÃO

02.

CADEIAS PRODUTIVAS
DE PROTEÍNA ANIMAL

- 2.1 CADEIA PRODUTIVA DE AVES/
OVOS E DE SUÍNOS
- 2.2 CADEIA PRODUTIVA
DE PRODUTOS LÁCTEOS
- 2.3 CADEIA PRODUTIVA
DA CARNE BOVINA
- 2.4 CADEIA PRODUTIVA
DA CARNE OVINA
- 2.5 CADEIA PRODUTIVA
DO PEIXE

03.

CONSOLIDAÇÃO
DAS DEMANDAS
E AÇÕES SETORIAIS
POR ENTIDADES
GOVERNAMENTAIS

04.

COMPOSIÇÃO
DA COORDENAÇÃO
E EXECUÇÃO TÉCNICA
DO ESTUDO

01 APRESENTAÇÃO

As estimativas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO dão conta de que o consumo por carnes e outros alimentos deve dobrar até 2050 - ano em que a população mundial deverá estar superando a casa dos nove bilhões de pessoas, o que representa imenso desafio para a humanidade, tendo em vista a necessidade de atendimento da demanda por alimentos.

Com base na análise dos problemas e potencialidades dos principais produtores mundiais, fica claro que o Brasil apresenta amplas possibilidades de continuar figurando como grande fornecedor de alimentos, visto que atualmente já detém a colocação de segundo maior exportador agrícola mundial.

O Brasil está entre os maiores produtores e exportadores mundiais de carnes de frango, de suínos e de bovinos, com destaque também para soja, açúcar, suco de laranja e café. Ademais, a expectativa é de que a produção brasileira de proteína animal deve continuar com acentuado crescimento nas próximas décadas, uma vez que o País reúne condições edafoclimáticas que garantem baixos custos de produção primária, juntamente com técnicas de produção já consagradas e genética animal adaptada às diferentes regiões produtivas.

O Rio Grande do Sul, que sempre teve papel relevante na economia agrícola nacional, principalmente no que tange ao desenvolvimento de técnicas inovadoras de produção, vem enfrentando limitações para expansão da produção destes setores, porquanto se aproxima da ocupação plena das áreas passíveis de exploração agropecuária. Necessita, por conseguinte, de ganhos de produtividade transformados em competitividade a fim de contribuir e beneficiar-se deste cenário de expansão da demanda por alimentos que vem ocorrendo no mundo.

Dentre a gama de produtos derivados da economia agrícola, observa-se que a produção de proteína animal é a atividade com maior representatividade socioeconômica no Estado, tanto pela expressividade na produção primária como pela exigência de processamento industrial para chegar ao mercado, resultando na maior agregação de valor ao produto primário e na ampliação da geração de empregos e renda estadual.

Vale destacar ainda que a produção de proteína animal se apresenta como atividade relevante e tradicional ao longo da história econômica gaúcha, desempenhando papel de destaque na constituição da renda desde os primórdios da ocupação territorial pelos imigrantes, com as charqueadas.

Na atualidade, com a adoção de visão sistêmica de cadeias e com elevadas técnicas produtivas, associadas a modernas e competitivas plantas industriais, o Estado reúne as condições básicas para ampliar a produção e obter ganhos de produtividade e, dessa maneira, expandir sua participação no mercado nacional e mundial de proteínas de origem animal.

Com o olhar para o futuro, o titular da SDECT - Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, do Rio Grande do Sul -, Fabio Branco, houve por bem promover avaliações sobre a produção estadual de proteína animal, com o objetivo de identificar e sanar gargalos que possam estar dificultando a competitividade no mercado nacional e internacional. Com esse objetivo, convidou o Dr. Odacir Klein, Diretor Presidente do BRDE (Banco

Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), para exercer a coordenação do presente estudo.

Nesse intuito, em janeiro de 2017, na sede do BRDE, foi realizada a primeira reunião do GT sobre a Cadeia Agroindustrial de Proteína Animal do RS, sob a coordenação do Dr. Odacir Klein, com a participação de Tarciso Minetto, Secretário de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR); Ana Pellini, Secretária do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA); Rodrigo Rizzo, Coordenador das Câmaras Setoriais da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAPI), representando o Secretário Ernani Polo; e de diversas lideranças e executivos dos segmentos envolvidos, além de técnicos de entidades públicas e privadas. Na oportunidade, o Dr. Odacir Klein convidou seu assessor, o Engenheiro Agrônomo Paulo Roberto da Silva, para atuar na coordenação técnica do GT - Proteínas.

Na reunião, ficou aprovado e definido que o segmento de proteína animal seria dividido em cinco grupos setoriais: (i) Aves/Ovos e Suínos; (ii) Lácteos; (iii) Bovinos; (iv) Ovinos; e (v) Peixes. Deliberou-se também que cada grupo de estudo apresentaria um documento temático, indicando gargalos e respectivas soluções para seus setores, no transcorrer de um calendário mensal predefinido de reuniões (as primeiras quintas-feiras de cada mês), com prazo final estabelecido para 1º de junho de 2017.

Como regra básica, ficou estabelecido que a organização e a temática abordada nos trabalhos seriam de livre arbítrio dos próprios integrantes dos grupos, assim como cada grupo teria liberdade de convidar as entidades que julgasse convenientes para participar das discussões dos temas. Além disso, cada grupo teria um coordenador e um relator, que ficariam encarregados de sistematizar as abordagens, as conclusões e as recomendações de seu respectivo setor.

Para a operacionalização dos trabalhos, no âmbito dos Grupos Temáticos, foram definidos os seguintes coordenadores/relatores:

- (i) *Aves/Ovos e Suínos*: Nestor Freiburger / José Eduardo dos Santos - ASGAV e José Roberto G. / Rogério Kerber - SIPS;
- (ii) *Lácteos*: SDR / Rodrigo Rizzo / Alexandre Guerra / Valeska Ilha;
- (iii) *Bovinos*: Antônio Carlos Netto / Julio Barcellos / Tamara E. Oliveira / Zilmar Moussalle / Rodrigo Rizzo;
- (iv) *Ovinos*: Antônio Carlos Netto / Eduardo Amato / ARCO / Rodrigo Rizzo; e
- (v) *Peixes*: Ricardo Nuncio / Ezio Gomes / Ana Spinelli / Rafael Lazzari.

Com a orientação básica, os grupos temáticos passaram a realizar reuniões individualizadas e, mensalmente, expunham ao GT de Proteína Animal os temas apresentados e discutidos.

Convém salientar que os grupos atuaram com grande dedicação, buscando assessorias qualificadas que, somando-se à experiência administrativa dos dirigentes e técnicos das entidades, apresentaram valiosas e importantes contribuições - com análises, ponderações e sugestões.

Das apresentações, explicações e debates ao longo das reuniões, foi possível identificar assuntos bem diversos, entre os quais merece especial destaque a questão relacionada à guerra fiscal e aos incentivos tributários, como se verá no tópico a seguir.

Guerra Fiscal e Incentivos Tributários

Todos os setores chamaram a atenção para os reflexos da chamada “guerra fiscal”, através da qual os estados estabelecem incentivos de ordem tributária, visando a ensejar competitividade às economias estaduais.

A preocupação com o destino de tais incentivos hoje existentes no Rio Grande do Sul foi expressa de forma superlativa, com a demonstração, através de estudos aprofundados, de que sua eventual retirada poderá representar falta de condições para operar no mesmo nível de outras unidades da federação.

Os representantes do governo estadual sempre deixaram bastante claro que o Executivo do Rio Grande do Sul não intenciona adotar medidas que prejudiquem a economia do Estado em detrimento de setor tão importante como o da produção de proteínas animais e que qualquer medida que venha a ser adotada resultará de ampla análise e discussão com o setor, embora se apontem a ocorrência de:

- manifestações do governo federal, relativamente ao assunto, na renegociação da dívida dos estados;
- posições do Ministério Público de Contas sobre a especificação das empresas a quem os estímulos são concedidos, com os respectivos valores;
- questionamento na área parlamentar estadual, sugerindo que tal prática tem influência negativa nas receitas públicas.

Com a ciência de que o Governo tem forte compromisso com o fortalecimento econômico das cadeias produtivas gaúchas, com a geração de empregos e renda e de que é sabedor que incentivos fiscais não podem ser vistos como regalias e/ou benesses a contribuintes – mas analisados sobre o enfoque da repercussão no âmbito do interesse público – ficou bastante esclarecido que haverá uma ampla interação público-privada para a tomada de decisões a respeito desta matéria.

Sugestões, Pleitos e Encaminhamentos

Por fim, o prosseguimento dos trabalhos deu-se de forma que a coordenadoria técnica elencou os pleitos das diversas áreas, destacando também a consolidação das demandas e ações setoriais por entidades governamentais.

Convém salientar, uma vez mais, que os estudos dos diversos grupos temáticos foram aprofundados com argumentos e embasamentos sólidos e contaram com a devida demonstração da importância das soluções propostas para os problemas existentes e necessidade da supressão de óbices ao desenvolvimento do setor de proteína animal.

Com vistas a dar consequência a todo o trabalho realizado e haver hierarquia no acompanhamento das soluções, foi previamente acordado que o atual titular da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia – Márcio Biolchi – faria o encaminhamento do assunto, inclusive junto ao gabinete do Governador do Estado, para a tomada das devidas providências. Durante a apresentação final do estudo para os grupos técnicos responsáveis por sua elaboração, o secretário Márcio Biolchi propôs então que os documentos fossem previamente encaminhados ao Governador José Ivo Sartori para que,

posteriormente, em ocasião oportuna referido grupo técnico possa ser por ele recebido para ter ciência dos desdobramentos deste estudo.

Espera-se, dentro das devidas limitações, que o trabalho consiga corresponder às expectativas das cadeias produtivas aqui abrangidas, do governo do Estado e da sociedade como um todo.

Mais uma vez, os agradecimentos a todos os que concorreram para o cumprimento desta tarefa.



02 CADEIAS PRODUTIVAS DE PROTEÍNA ANIMAL

Nesta seção, irá se apresentar mais detalhadamente cada um dos estudos elaborados pelos segmentos de proteína animal - escopo deste trabalho -, quais sejam: (i) Aves/Ovos e Suínos; (ii) Lácteos; (iii) Bovinos; (iv) Ovinos; e (v) Peixes.

Sendo assim, cada subseção pode ser interpretada como o retrato do respectivo panorama setorial de cada grupo, avaliado e apresentado do ponto de vista de seus representantes e, conseqüentemente, dos produtores aos quais os mesmos representam.

No intuito de prestar maior clareza e desenvolvimento ao estudo, a consolidação das propostas elencadas por cada grupo será feita em seção à parte, na sequência das apresentações setoriais.



2.1 CADEIA PRODUTIVA DE AVES / OVOS E DE SUÍNOS

Proposições estratégicas para manutenção e aumento da competitividade das cadeias agroindustriais da suinocultura e avicultura do RS

Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos
Associação Gaúcha de Avicultura

Apresentação

Este documento, construído pelo Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos e pela Associação Gaúcha de Avicultura, através de seus associados, traz às autoridades estaduais e federais, uma breve apresentação do impacto econômico destes setores para a economia gaúcha, além de proposições de ações estratégicas fundamentais para a manutenção e ampliação da competitividade setorial no cenário nacional e internacional, além do impacto socioeconômico que as ações geram.

Para tanto, realizou-se com os setores uma reavaliação dos alinhamentos estratégicos realizados pelo governo do Estado em conjunto com os setores da suinocultura e do milho em 2011, além da análise dos programas setoriais da agroindústria da carne suína e da avicultura de 2012. Feitas essas análises, foi realizado um encontro presencial, tendo como local a Federação das Indústrias do RS - FIERGS, dos atores industriais destas cadeias, que discutiram e analisaram os dados existentes e a atual realidade da competitividade setorial, definindo ações centrais para a manutenção e ampliação da competitividade dos setores da suinocultura e avicultura e o impacto por elas gerado.

Importante ressaltar a participação maciça dos atores industriais destas cadeias agroindustriais, de forma ativa em todas as atividades e na validação condensada das proposições estratégicas de manutenção/aumento da competitividade setorial.

Este documento reflete um pensamento comum e passa a ser um referencial da importância de ações na manutenção e aumento da competitividade das cadeias agroindustriais da suinocultura e avicultura no Rio Grande do Sul, perante o mercado nacional e internacional.

Entidades e empresas participantes na construção deste documento

- SIPS RS
- ASGAV
- SIPARGS
- FIERGS / CONAGRO
- ALIBEM
- MAJESTADE
- JBS FOODS
- COOPERATIVA LANGUIRU
- COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DE ENCANTADO - DÁLIA
- BRF
- LABEMA / ADELLE
- COOPERATIVA OURO DO SUL
- COOPERATIVA SANTA CLARA

Apresentação dos setores da suinocultura e avicultura no RS

SUINOCULTURA

Levantamento realizado pelo SIPS, do ano de 2016, indica:

Produção:

- Carnes e industrializados: 1.248 mil/toneladas
- Carne (equivalência carcaça): 746 mil/toneladas

Abates Inspeccionados:

- 19 estabelecimentos com SIF - 7.662.194 suínos
- 50 estabelecimentos com CIPOA - 684.971 suínos
- 161 estabelecimentos com SIM - 156.646 suínos

Postos de Trabalho:

- 194.500 (empregos diretos, indiretos e efeito renda)
- 688.336 pessoas dependem da renda dos empregos

Exportação de Carne Suína:

- 178.028 toneladas - receita cambial US\$ 398.663.328,00

Demanda Insumos:

- Milho: 2.026.000 toneladas
- Farelo de Soja: 549.000 toneladas

A localização da produção atualmente se dá em 279 municípios, sendo fundamental na composição da renda de pequenas e médias propriedades, na fixação do homem no campo e na transversalidade entre outras cadeias, especialmente com a leiteira, sendo importante fornecedor de adubo para esta.

Destino da Produção:

- 38,82% demanda interna
- 48,54% saída para outros estados
- 12,64% exportações (23,8% da carne produzida)

Efeitos Multiplicadores:

- A suinocultura é o segundo setor de maior multiplicador na economia do Estado - para cada R\$ 1,00 de demanda gerada de produção, estimula R\$ 3,59 em outros setores da economia.

Evolução dos abates com inspeção federal no RS - O gráfico abaixo demonstra o aumento significativo dos abates sob inspeção federal ano a ano, demonstrando a cada vez maior internacionalização desta cadeia produtiva.

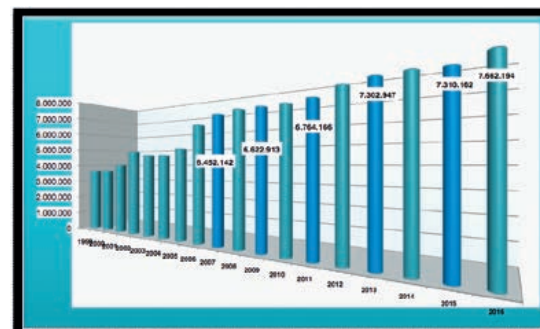


Figura 1: Abates sob inspeção federal da suinocultura no RS

AVICULTURA

Levantamento realizado pela ASGAV/SIPARGS, do ano de 2016, indica que a avicultura gaúcha é o terceiro setor em exportação do RS e o terceiro maior produtor do País, com os seguintes números:

Avicultura no Rio Grande do Sul:

- 11 frigoríficos com SIF – Serviço de Inspeção Federal;
- 7 frigoríficos com SIE – Serviço de Inspeção Estadual;
- 2 frigoríficos com SISBI;
- 25 fábricas de rações;
- 05 incubatórios/genética (independentes);
- 30 granjas produtoras de ovos (80% produção do RS);
- 01 indústria de processamento de ovos (líquido/pó);
- 10 empresas/fornecedores parceiros Asgav;
- 441 granjas de avós/matrizes.

Atividades:

- Aproximadamente 44 mil empregos diretos e 900 mil atividades indiretas;
- 10 mil famílias de produtores rurais integrados na atividade de frango de corte;
- Atividade avícola está presente em 241 municípios do Rio Grande do Sul;
- Consumo anual de 2,880 milhões de toneladas de milho;
- Consumo anual de 1 milhão de toneladas de farelo de soja;
- Aquisição de alto volume de embalagens plásticas e papelão, medicamentos, equipamentos, maquinários e outros insumos.

Mercado:

- 45,5% da carne de frango produzida no RS é destinada à exportação = 746 mil toneladas exportadas em 2015.
- Importante ressaltar que o Rio Grande do Sul tem perdido participação no abate de frangos do País ano após ano. Em 2005, detínhamos 18,63%

do abate de frango nacional, e em 2015 este percentual caiu para 14,13%. Em dez anos, perdemos 4,50% do abate nacional, quando o Paraná subiu de 21,01% em 2005 para 32,46% em 2015. São dados que merecem ser analisados para que o setor não perca ainda mais o que já perdeu.

Ovos - Postura Comercial RS - Produção de Ovos RS 2015

- Produção RS: Aproximadamente 3 bilhões de unidades ovos/ano;
- BRASIL: Postura Comercial Brasileira - Ovos 2015;
- Produção Brasileira de Ovos: 37,4 bilhões de unidades ovos/ano;
- Principais Estados Produtores de Ovos:
 - 1º São Paulo: 34%
 - 2º Minas Gerais: 12,3%
 - 3º Espírito Santo: 8,6%
 - 4º Rio Grande do Sul: 8%
- Consumo per capita de ovos no Brasil em 2015 ficou em 191 ovos p/hab/ano;
- Consumo per capita de ovos no RS está em 227 ovos p/hab/ano.

Os números expressivos ora apresentados demonstram a grandeza destes setores e de sua importância socioeconômica para o estado do Rio Grande do Sul. É fundamental que não se perca competitividade setorial, pelo contrário, precisamos manter e aumentá-la com ações objetivas e diretas, pois como mostrado estes setores têm efeitos sob a economia gaúcha muito sólidos e muito fortes, com os maiores efeitos multiplicadores em outros setores da economia (3,59 para cada 1 real investido) dos recursos nela investidos.

Para tanto, as cadeias agroindustriais da suinocultura e avicultura, de forma conjunta, apresentam a sua posição acerca das ações estratégicas a serem mantidas e implementadas para manter e aumentar a competitividade desses dois setores.

PROPOSIÇÕES DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE SETORIAL:

a) Fomentar o aumento da produção e oferta de milho no RS

OBJETIVO:

1. Redução dos gargalos da importação de milho e aquisição de outras origens;
 - 1.1. Interagir junto ao Governo Federal que o ramal ferroviário Norte-Sul chegue às áreas de produção do RS;
 - 1.2. Diferimento para Mercosul e isenção para outros países da tributação (ICMS e demais tributos) na importação de milho, dando isonomia com o fluxo de exportação;
 - 1.3. Agilização dos processos na Alfândega Brasileira na importação de milho do Paraguai;
 - 1.4. Melhoria da infraestrutura portuária para recebimento de milho – Porto de Rio Grande;

2. Manter, ampliar e divulgar o programa de irrigação para a cultura do milho;
3. Implementar o seguro agrícola para a cultura do milho;
4. Criar programa para incentivar adoção da segunda safra de verão no RS (milho + soja);
5. Criar programa para incentivar produção de culturas de inverno com objetivo de produção de ração animal (trigo, triticale, etc.);
6. Financiamento para aquisição de milho na safra pelas Agroindústrias, com garantia de estoques; e
7. Aumentar estocagem para milho no RS.

Impacto da ação para o Rio Grande do Sul:

- (i) Impacto em ICMS pago na compra de milho de fora do RS e importação, no período de JAN a SET/2016, de R\$ 133.140.000,00 (recurso que deixa de ser arrecadado pela receita estadual);
- (ii) Déficit de 2.000.000 TON de milho, no montante total de R\$ 1.585.000.000,00, no período de JAN a SET/2016, na cadeia produtiva de suínos e aves (recurso que deixa de circular na economia gaúcha).

b) Fortalecer a defesa sanitária

OBJETIVO:

1. Desenvolver e fomentar a biossegurança e bem-estar animal;
2. Fortalecer os programas de sanidade da avicultura e suinocultura, garantindo o atendimento às instruções normativas nacionais;
3. Inspeção e certificação: modernização dos sistemas de inspeção e fiscalização existentes no País;
4. Tornar o RS livre de aftosa sem vacinação e trabalhar com suporte oficial para busca de outras alternativas para acesso aos mercados diferenciados em relação à aftosa;
5. Investimento em programa de educação sanitária, principalmente nas cadeias não organizadas, com divulgação nos cursos de medicina veterinária.

Impacto da ação para o Rio Grande do Sul:

- (i) Os gargalos existentes nas inspeções e certificações trazem atrasos e aumento dos custos sobre o setor produtivo, limitação da expansão da atividade, risco de perda de mercados importadores já conquistados e, por via de consequência, compromete produção, emprego, renda e a arrecadação pelo Estado.
- (ii) O volume de comercialização internacional de carne suína é de 7 milhões de toneladas/ano. O RS por não ser livre de aftosa sem vacinação não tem acesso a 62,74% deste mercado e que é o mercado que melhor remunera.
- (iii) O RS vem perdendo sistematicamente investimentos e há uma perspectiva de redução de produção das plantas exportadoras do RS para áreas livres de aftosa sem vacinação.

É importante que se abra um capítulo especial ao status sanitário do Rio Grande do Sul de “livre de febre aftosa COM vacinação” e ao impacto deste status para a cadeia agroindustrial da suinocultura do RS (e para as da proteína animal). Pelo status sanitário atual:

- **O RS não acessa** os mercados da China (carne com osso), Japão, Coreia do Sul, EUA, Filipinas, Chile, Cingapura e México (abre este ano), que juntos importam 5.212.000 toneladas de carne suína por ano;
- Nosso estado vizinho, **Santa Catarina, tem acesso a esses mercados;**
- **O RS não tem acesso a 62,74% do potencial mundial de importações, que totaliza 5.212.000 toneladas de carne suína por ano;**
- **O impacto financeiro deste NÃO ACESSO pode ser avaliado se compararmos os preços destes mercados com o do melhor mercado que o RS acessa (Rússia). Enquanto a Rússia para USD 2,12/kg, o Japão para USD 3,43/kg, um preço 62% maior.**

Atualmente, o status sanitário do RS é um grande fator que gera enorme falta de competitividade setorial e que gera:

- Desestímulo à Indústria já instalada.
- Inibição a novos investimentos no setor de suinocultura no RS.
- Perda da competitividade do RS nessa área em comparação com outros estados da federação.
- Diminuição da arrecadação por parte do Estado.

c) Garantir a isonomia fiscal

OBJETIVO:

1. Manutenção da carga tributária e incentivos fiscais atuais, principalmente Crédito Presumido.

Impacto da ação para o Rio Grande do Sul:

- (i) Eventuais alterações na frágil isonomia fiscal hoje existente provocará redução de produção por perda de competitividade e, por via de consequência, redução de postos de trabalho (desemprego), de renda e arrecadação de tributos.

d) Buscar a modernização e automação da produção e industrialização

OBJETIVO:

1. Programa de linhas de crédito compatíveis (juros e prazo) para modernização e automação da atividade:
 - 1.1. Linha de crédito para adequações na área de saúde e segurança;
 - 1.2. Linha de crédito para melhorias na área ambiental, sanitário e bem-estar animal;
 - 1.3. Linha de crédito para automação industrial e de granjas;
 - 1.4. Substituição das garantias reais pelo uso dos itens financiados ou dos estoques;

Impacto da ação para o Rio Grande do Sul:

- (i) Sem linhas de crédito compatíveis, as empresas terão grandes dificuldades em atender exigências do MPT, MTE, MAPA e demais órgãos fiscalizadores, comprometendo a evolução da modernização com os concorrentes globais e perdendo a competitividade de curto prazo, dessa forma, tendem a reduzir ou fechar suas atividades no longo prazo.

e) Agir proativamente junto aos órgãos fiscalizadores

OBJETIVO:

1. Promover ações para padronizar critérios de fiscalização pelo MPT e MTE nas plantas;
2. Promover ações para apoiar a aprovação da adequação e atualização da legislação trabalhista;
3. Criar interação entre o Estado, Setor Produtivo e Órgãos Fiscalizadores para discutir e harmonizar forma de atuação destes Órgãos junto à cadeia produtiva.

Impacto da ação para o Rio Grande do Sul:

- (i) Com atuação diferenciada do MPT e MTE no RS, empresas estão perdendo competitividade e necessitando de grande volume de investimentos, aumento de custos e limitando produção.

EXPEDIENTE

Condução da construção deste documento: FOCO RURAL Ltda.

Facilitadores:

Fernando Henrique Schwanke - fernando@focorural.com.br

Flávio Cazarolli - flavio@focorural.com.br



2.2 CADEIA PRODUTIVA DE PRODUTOS LÁCTEOS



Introdução

- Considerando-se a demanda originada em reunião da SDECT, demais órgãos de governo e entidades do agro, no BRDE em 05/01/2017;
- Considerando-se a reunião da Câmara Setorial de Leite e Derivados, realizada em 12/01/2017;
- Considerando-se a reunião do Grupo de Trabalho - GT, realizada em 17/01/2017 e as sugestões das entidades enviadas por e-mail ao Sr. Relator, elaborou-se o seguinte relatório.

Contextualização: o setor Lácteo Gaúcho e sua importância econômica

O Brasil é o quarto produtor mundial de leite, com uma produção de 35 bilhões de litros/ano. No do Rio Grande do Sul, a produção atingiu o volume de 4,6 bilhões de litros em 2015, que representa 13,14% da produção nacional, ocupando o 3º lugar no ranking de estados produtores, ficando atrás dos estados de Minas Gerais e Paraná.

Até 2014, o Rio Grande do Sul apresentou taxas de crescimento da produção de aproximadamente 4%, entretanto em 2015 houve uma redução de 1,9%. Por outro lado, o estado do Paraná assumiu uma tendência crescente e ultrapassou a produção do Rio Grande do Sul em 2015, passando a ocupar o 2º lugar no ranking nacional.

No Rio Grande do Sul, a atividade de produção de leite está presente em 494 municípios envolvendo 198.467 produtores, destes 105.000 famílias fornecem para comercialização cuja propriedade possui um tamanho médio de 19 hectares. Destaca-se que o Rio Grande do Sul possui a maior produtividade litros/vaca/ano do Brasil, chegando a 3.073 litros e possui um rebanho de 1.496.671 vacas ordenhadas. Aproximadamente 45% dos produtores são considerados pequenos, com um volume de produção de até 100 litros/dia, ampliando essa amostra, 70% dos produtores que representam somente 30% da produção.

Do total produzido, cerca de 40% da industrialização é destinada para consumo interno e a parcela restante é destinada ao mercado externo (outros estados e exportações). Além disso, o Estado também possui um histórico de

importador de lácteos dos países do Mercosul.

O presente documento tem o objetivo de evidenciar os principais gargalos dessa cadeia produtiva, instigando a discussão de soluções com o objetivo comum de aumentar a competitividade do setor perante o mercado nacional e internacional.

Evolução da Produção 2004-2015 em bilhões de litros

Rio Grande do Sul em 2º lugar no ranking de produção nacional até 2014

	Minas Gerais	Rio Grande do Sul	Paraná	Santa Catarina	Goiás	São Paulo	Rio de Janeiro	Brasil
2004	6,63	2,36	2,39	1,49	2,54	1,74	0,47	23,50
2005	6,91	2,47	2,52	1,56	2,65	1,74	0,46	24,60
2006	7,09	2,63	2,70	1,71	2,61	1,74	0,47	25,40
2007	7,28	2,94	2,70	1,87	2,64	1,63	0,46	26,10
2008	7,66	3,31	2,83	2,13	2,87	1,58	0,48	27,60
2009	7,93	3,40	3,34	2,24	3,00	1,58	0,48	29,10
2010	8,39	3,63	3,60	2,38	3,19	1,61	0,49	30,70
2011	8,76	3,88	3,82	2,53	3,48	1,60	0,50	32,10
2012	8,91	4,05	3,97	2,72	3,55	1,69	0,54	32,30
2013	9,31	4,51	4,35	2,92	3,78	1,68	0,57	34,26
2014	9,37	4,68	4,53	2,98	3,68	1,78	0,54	35,17

A partir de 2015 Paraná assumiu a 2ª posição no ranking de produção, deixando o Rio Grande do Sul na 3ª posição

	Minas Gerais	Paraná	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Goiás	São Paulo	Rio de Janeiro	Brasil
2015	9,14	4,66	4,60	3,06	3,52	1,77	0,51	35,00

Fonte: IBGE

Posição Atual da Produção e das Plantas no RS

Produção média de leite cru:

2015: 12,60 milhões de litros/dia (-1,7%)

2014: 12,82 milhões de litros/dia (+3,8%)

2013: 12,35 milhões de litros/dia (+11,4%)

2012: 11,09 milhões de litros/dia (+4,3%)

2011: 10,63 milhões de litros/dia

CAPACIDADE INDUSTRIAL INSTALADA NO RS EM 2016:

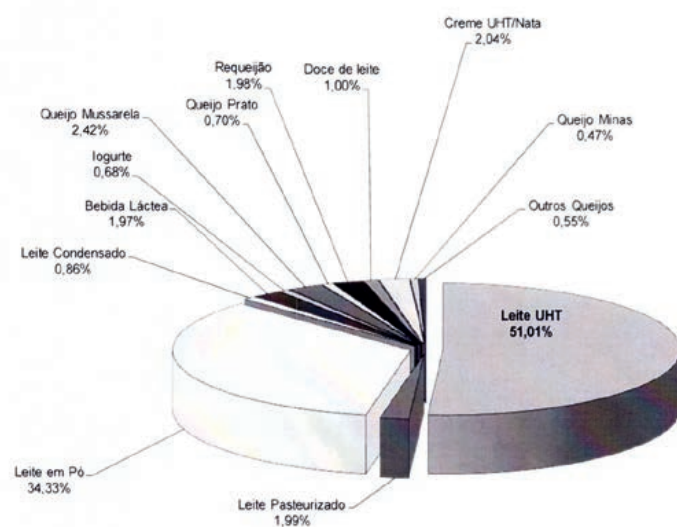
17,5 milhões de litros/dia
85% = 14,03 milhões de litros/dia

Cenário Atual (2016)

Cenário Ideal



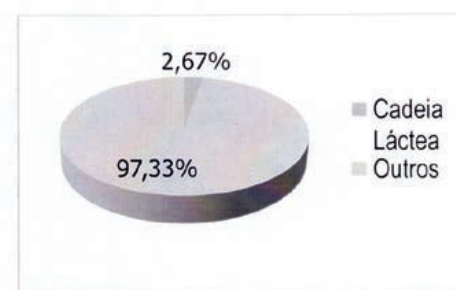
Mix de comercialização 2016



Fonte: Conseeleite

Rio Grande do Sul
Dados Econômicos 2015

- Rebanho na produção de leite no RS: 1.554.909 animais;
- 2,81% do PIB do RS é da cadeia láctea – R\$ 9,3 bilhões



Nº DE PRODUTORES

RS	105.000
BRASIL	850.000

Preço do Milho em grãos (60kg) em Estados selecionados

U.F.	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16
GO	34.08	38.26	38.99	44.85	48.36	44.09	42.76	43.02	40.50	39.66	36.63	33.84
MG	46.73	49.27	49.30	51.12	55.23	56.73	55.09	57.30	55.04	53.25	51.75	45.45
MT	29.50	32.00	31.63	32.44	37.83	41.13	40.38	45.10	45.00	42.25	33.20	29.06
PR	34.19	38.78	40.81	45.86	52.31	51.26	40.22	41.35	37.56	38.18	35.75	34.30
RS	36.90	40.97	41.82	45.64	52.45	56.33	51.45	52.39	51.53		48.33	
SC	39.45	44.44	45.08	50.46	54.42	54.45	50.49	51.29	48.23	47.82	46.52	43.50

Preço Diesel

ESTADO	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16
GOIÁS	3,002	3,016	3,019	3,023	3,016	3,010	3,009	3,023	3,021	3,020	3,011	3,023
MINAS GERAIS	2,992	3,003	3,006	3,003	2,998	2,999	2,999	3,004	3,001	3,005	2,993	3,022
PARANÁ	2,861	2,871	2,877	2,866	2,865	2,862	2,858	2,844	2,844	2,842	2,823	2,850
RIO DE JANEIRO	2,989	3,009	3,017	3,063	3,073	3,080	3,076	3,081	3,078	3,075	3,073	3,094
RIO GRANDE DO SUL	2,940	2,951	2,968	2,968	2,972	2,961	2,955	2,918	2,919	2,921	2,900	2,939
SANTA CATARINA	2,954	2,960	2,956	2,960	2,936	2,925	2,926	2,942	2,950	2,958	2,926	2,968
SÃO PAULO	2,919	2,925	2,924	2,921	2,917	2,918	2,915	2,904	2,903	2,904	2,889	2,917

Fonte: ANP

CUSTO LOGÍSTICA PARA DISTRIBUIÇÃO LEITE UHT P/ESTADO

2016	Frete	Dif RS
RS	0,11	-
SC	0,13	0,02
PR	0,15	0,04
SP	0,22	0,10
RJ	0,24	0,13

O RS tem o maior custo de distribuição comparando com os Estados de SC e PR, pois é a Unidade da Federação mais distante dos dois Estados compradores, SP e RJ.

MILHO EM GRÃOS (60 kg) - PREÇO PRODUTOR

U.F.	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16
GO	31.00	35.42	35.80	39.67	43.81	41.56	37.81	39.57	36.29	35.44	33.07	29.74
MG	37.61	39.24	40.91	41.78	47.72	46.38	43.62	47.43	42.76	42.19	40.14	35.91
MS	29.95	33.79	37.05	41.34	45.95	40.26	33.26	35.15	31.03	32.66	29.12	28.74
MT	20.77	24.05	27.33	30.21	34.57	32.55	29.34	30.04	28.42	28.46	27.73	26.04
PR	29.89	33.59	35.00	38.56	41.87	40.81	35.38	35.96	32.79	32.98	31.13	30.29
RS	31.20	35.22	37.87	42.64	47.44	50.11	45.61	46.64	44.96	43.79	42.34	37.37
SC	32.25	36.77	38.14	42.29	45.23	44.04	40.87	42.19	39.48	39.11	37.72	35.26

Fonte: CONAB

Custo transporte milho:

MS para RS: R\$ 15,00/saca

MT para RS: R\$ 20,00/saca

PR para RS: R\$ 6,00/saca

Frete milho no RS: R\$ 2,50/saca

Diagnóstico: pontos destacados na reunião de 17/01/2017

Para fins metodológicos de análise, foi realizada a seguinte segmentação da cadeia produtiva: Produtor, Indústria, Mercado e Políticas Públicas.

a) Produtor

• Gargalos

- Sucessão familiar (fixação do jovem no campo);
- Falta de acesso à informação (sinal de internet, comunicação);
- Capacitação (gestão econômico-financeira, manejo, assistência técnica);
- Acesso às propriedades (estradas municipais);

- Falta de mão de obra (quantidade e qualidade). Legislação trabalhista adequada para o trabalhador do campo;
- Dificuldade de acesso ao crédito (limites);
- Qualidade da energia elétrica (energia trifásica);
- Qualidade do leite (sanidade, qualidade do rebanho);
- Instabilidade de preços.

b) Indústria

• Gargalos

- Ociosidade da indústria (devido à falta de leite);
- Capacitação dos profissionais da indústria (BPF);
- Baixa adesão ao SISBI (dificuldade no enquadramento);
- Distância dos grandes centros consumidores (logística);
- Questão tributária (guerra fiscal entre os estados);
- Custo de inovação. Desenvolvimento de novos produtos;
- Legislação trabalhista (exigências das NRs);
- Profissionais com habilitação regional;
- Mix de produtos.

c) Mercado

• Gargalos

- Poder de mercado das grandes redes de supermercados: negociação de preços;
- Mercado externo: concorrência com o mercado internacional e de outros estados;
- Consumo: atendimento de novos hábitos de consumo.

d) Políticas Públicas

• Gargalos

- Impactos financeiros negativos provenientes da redução dos créditos fiscais presumidos. Redução prevista no PL 214/2015;
- Guerra fiscal entre os estados;
- Complexidade tributária e de fiscalização (inspeção);
- Fiscalização (combate à informalidade);
- Falta de estatísticas oficiais-fiscais e de inspeção (receita estadual, MAPA, SISPOA, SIM, RBQL - CCS e CBT);
- Definições quanto às contribuições ao FUNDOLEITE;
- Legislação trabalhista para o trabalhador do campo; IN 62 (parâmetros CCS e CBT);
- Estoques reguladores (compras governamentais).

Sugestões de Soluções

- Manutenção dos créditos presumidos de forma isonômica (PL 214/2015)
- Matriz tributária de incentivo nos produtos lácteos e de valor agregado para ampliação do mix e de novos produtos
- Programa de incentivo à produção de leite (assistência técnica mediante Créditos Fiscais)

- d) Carência na aplicabilidade das exigências das NRS nas indústrias
- e) Simplificação Tributária
- f) Isonomia fiscal (competitividade - guerra fiscal)**
- g) Escolas técnicas para latinistas (formação de profissionais, muitos são provenientes de MG e Uruguai)
- h) Convênio entre estado e municípios para melhoria dos acessos às propriedades
- i) Incentivo à instalação de energia bifásica/trifásica com qualidade (carga/demanda)**
- j) Incentivo a linhas de pesquisa de desenvolvimento de tecnologias alternativas (energia, produção, mecanização e automação)
- k) Incentivo à pesquisa de sistemas de produção de leite focada na inovação de tecnologias no campo (parcerias com entidades de pesquisa)
- l) Monitoramento das ações do Agro + (Fortalecimento das ações e criação de um comitê para criação de pautas e monitoramento das ações)
- m) Aplicação da Lei do Leite (criação de banco de dados - produção e produtores)
- n) Atualizar a IN 62 (CCS e CBT)**
- o) Compartilhamento de dados existentes nos órgãos de governo
- p) **Definição de uma linha de crédito especial para produtores** (limite de crédito pré-aprovado, rotativo e de pequeno vulto para fortalecer/garantir a atividade)
- q) Manutenção do programa nacional Leite Saudável
- r) Linha de crédito especial para financiamento da automação nas propriedades

Referências

• Os itens acima mencionados foram compilados a partir das considerações feitas pelos representantes das seguintes entidades que compõe o GT: SEAPI - SDR - SEMA - SINDILAT - APIL - IGL - AGL - UFRGS - ANVISA - OCERGS - EMBRAPA Clima Temperado - FECOAGRO - FARSUL - FETAG - EMATER - MAPA - MDA.

• **Competitividade do setor lácteo é pauta de reunião**



• 13/01/17 - 09:55

• A Câmara Setorial do Leite da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seapi) reuniu-se, na manhã da quinta-feira (12/01), para dar continuidade ao debate sobre a competitividade da cadeia produtiva da proteína animal gaúcha. Na ocasião, o secretário-executivo Darlan Palharini representou o Sindicato da Indústria dos Laticínios (Sindilat/RS). "É fundamental o debate em função de que há uma grande preocupação em relação à competitividade. Esse grupo terá a missão de desburocratizar entraves do setor lácteo e sugerir uma política industrial ainda mais adequada ao momento do Estado que precisa exportar", afirma.

• Rodrigo Rizzo, coordenador das Câmaras Setoriais, conduziu a reunião. Para ele, o encontro foi muito produtivo, em que já se definiu o calendário e as entidades que participarão do trabalho. "O que queremos é recuperar a competitividade do Estado o mais rápido possível", salientou. A ocasião também contou com a participação do secretário do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, Tarcisio Minetto, e de Paulo Roberto da Silva, que representou Odacir Klein, presidente do BRDE. A próxima reunião ocorrerá no dia 17 de janeiro, na sede da Seapi, em Porto Alegre.

• Foi o primeiro encontro de um dos cinco grupos de trabalho (GTs) definidos para elaborar um mapeamento do segmento, com o intuito de identificar gargalos e elencar pontos que o Estado poderá atuar. Os grupos são coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT) e pelo BRDE. Além do segmento lácteo, os setores de aves/ovos, suínos, bovinos/ovinos e peixes também têm seus respectivos GTs. O objetivo é elaborar, em seis meses, um documento final que será apresentado no dia 1º de junho de 2017.



2.3 CADEIA PRODUTIVA DA CARNE BOVINA

Cadeia da Proteína Animal: identificação de necessidades para atração de investimentos no RS

Cadeia Produtiva da Carne Bovina

Coordenação: Antônio Carlos de Quadros Ferreira Neto, SEAPI/RS

Relatoria: NESPRO/UFRGS

Júlio Barcellos, Prof., Med.Vet., PhD.

Tamara E. Oliveira, POS-DOC, Med.Vet., PhD.

Contexto da atividade:

A bovinocultura de corte do RS, como um dos elos da Cadeia Produtiva da Carne Bovina, ocupa a 5ª participação no PIB do agronegócio. Ela reúne um conjunto de segmentos geradores de emprego e de renda, sendo a matriz majoritária de vários municípios situados na Fronteira Oeste e Campanha. Atualmente, nos diversos segmentos que a compõem, emprega aproximadamente 250.000 pessoas e gera um Valor Bruto da Produção em torno de R\$ 4,3 bilhões.

O rebanho bovino, com habilidade para corte, está em torno de 10 milhões de cabeças, cresceu moderadamente nos últimos anos e estabilizou-se em 2016. Seus indicadores de eficiência e produtividade na maioria dos indicadores de processos e de resultados têm apresentado melhorias significativas. O setor dentro da porteira é detentor de um repositório cultural e de conhecimento voltado à produção pecuária, cujos valores são intangíveis frente aos outros estados da federação. Os bancos genéticos das raças britânicas e suas cruzas têm papel relevante para o desenvolvimento de carnes com marcas e com potencial de contribuição para o país como um todo.

A totalidade da carne bovina produzida no Estado é praticamente absorvida internamente, inclusive com períodos de falta de alguns cortes, os quais são abastecidos por outros estados ou até mesmo pelo Uruguai. No setor de comercialização e processamento de abate é nítida a ocorrência de sonegações fiscais.

A insegurança dentro da porteira e a ocorrência de abigeatos ainda é um dos problemas da pecuária de corte. Aliado a isso, a proliferação de abates no sistema SIM tem colocado em risco a saúde pública e dificultado o entendimento internacional para a habilitação de novas plantas frigoríficas destinadas à exportação. A extensa matriz de abate de bovinos, ultrapassando 300 unidades frigoríficas, gera uma ociosidade superior a 50% e representa um alto risco para as indústrias de maior porte, gerando inclusive um mercado de concorrência duvidosa.

A existência de uma vanguarda de conhecimento científico, tecnológico e de inovação na rede de ensino superior e pesquisa no Estado o colocam à frente dos seus principais concorrentes. Contudo, identifica-se a ausência de um sistema de informações que direcione ações e atraia investimentos externos à

cadeia produtiva, de modo a criar uma onda de competitividade setorial interna. Adicionalmente a isso, a existência de grandes eventos agropecuários, como a EXPOINTER e a EXPODIRETO, coloca o Estado na vitrine para investimentos e intercâmbio nacional e internacional de todos os elos da cadeia produtiva.

A existência da pecuária de corte gera oportunidades para uma série de atividades agrícolas que somente são viáveis frente à integração dos sistemas (SAPI). De outra parte, a manutenção dos atuais sistemas de produção pode contribuir para o equilíbrio ambiental do bioma e ainda criar serviços ecossistêmicos advindos da atividade pastoril. O modelo produtivo diversificado e voltado para a média escala oferece muitas oportunidades para o desenvolvimento de sistemas produtivos mais intensivos, mas a ausência de marcos regulatórios específicos, a burocracia estatal e a ausência de mão de obra especializada restringem o crescimento da cadeia produtiva frente a outros estados.

A superposição de funções institucionais e de representação de segmentos cria divergências e disputas, as quais dificultam um consenso mínimo que permita a evolução da cadeia produtiva. Existe um distanciamento evidente entre o setor que desenvolve conhecimento e tecnologia e os pecuaristas, pois o sistema de transferência, replicação e adoção de novas técnicas é totalmente descoordenado.

A assimetria de informações e a descoordenação da cadeia produtiva da carne bovina, nas últimas três décadas, por meio de várias instituições, demandaram ao Estado criar programas de diversas naturezas para o desenvolvimento da Pecuária de Corte. Na essência, todos envolviam ou ainda contemplam aspectos tributários, tecnológicos, organizacionais e de gestão.

Contudo, a falta de visão sistêmica e a ausência de metas e indicadores de resultados para avaliar cada programa, invariavelmente, não apresentaram as respostas esperadas, inclusive alguns produziram distorções no setor. Portanto, parece crível afirmar que não é a falta de programas de Estado ou de Governo para a pecuária de corte o grande entrave para o crescimento da atividade.

O Estado, como geografia produtiva específica na pecuária de corte, com fronteira com dois países, um estado da federação e o acesso a um dos principais portos do país, reúne todas as premissas para desenvolver um sistema de rastreabilidade confiável na cadeia produtiva da carne bovina. Isso serviria de marco institucional para o controle de informações do setor e ainda como plataforma de gestão de gestão sanitária e de negócios, cuja perspectiva está alicerçada na transparência e credibilidade internacional.

Frente ao cenário ora apresentado, um grupo de trabalho representativo dos diversos elos que constituem a Cadeia Produtiva da Carne Bovina, por meio de reuniões e de fóruns de discussão, estabeleceu uma matriz de prioridades a serem levadas ao Governo do Estado do RS, cujo objetivo é gerar planos específicos para aumentar a competitividade do setor.

Matriz de prioridades:

a) **Importante e urgente (Top 3):**

i. Implantação da rastreabilidade: a criação de um sistema de identificação bovina e de certificação, conduzindo a um processo de rastreabilidade dentro da porteira, é considerada pelo grupo como uma das ações mais relevantes para a Cadeia Produtiva da Carne Bovina. Como etapa inicial está a criação do marco jurídico que define o processo, formação de um comitê propositivo e uma agenda mínima de implantação para que todos os integrantes da cadeia entendam os benefícios dessa iniciativa. Em decorrência desse processo, vislumbra-se uma melhoria no sistema de arrecadação tributária, controle do comércio clandestino, precisão de dados estatísticos e de informações, política de saúde animal, transparência aos investidores e credibilidade internacional, além de outros ganhos possíveis.

ii. Criação de um sistema de informações estatísticas para a Cadeia Produtiva da Carne Bovina: a unificação dos diversos sistemas de coletas de dados e de geração de informações em um sistema unificado de informações estatísticas e de análise para a CPCB é estratégica. O Estado pode estabelecer, por meio de convênio com outras instituições que detêm expertise, para produzir esse tipo de sistema, cabendo ao poder público organizar seus sistemas de coleta e de gestão da informação. O processamento, a validação e a análise das informações retornariam para o Estado, que disponibilizaria a todos os elos da Cadeia Produtiva.

iii. Marcos regulatórios simplificados para projetos de intensificação da produção e uso de inovações tecnológicas: é importante que o Estado redefina suas normativas e diretrizes legais de modo a simplificar a inovação tecnológica e o uso de sistemas mais intensivos produtivos pelos pecuaristas. Pautas associadas a licenciamentos de operação, liberação de atividades, orientações administrativas, aspectos ambientais, etc. exigem um posicionamento liberal e ágil por parte do Estado para sinalizar e estimular investimentos nos setores da Pecuária de Corte e da Indústria Frigorífica.

b) **Importante e menos urgente:**

i. Criação de uma câmara de mediação: por meio do fortalecimento das câmaras setoriais da SEAPI é sugerido que seja criado um ambiente institucional de representação da Cadeia Produtiva da Carne Bovina com instância de análise de conflitos, de proposição setorial e de estratégias de ações.

ii. Avaliação dos programas vigentes dirigidos à CPCB: é fundamental que os agentes e/ou instituições representativas da CPCB avaliem os programas de incentivo ao setor, como o AGREGAR/RS/CARNES e outros que ainda estão em atividades, para definirem o que permanece ou deverá ser extinto, modificado, ou algum específico que deverá ser criado. A necessidade de

programas de Estado que orientem ou estimulem determinados segmentos de modo a equalizar a competitividade é muito clara. Contudo, a discussão e um consenso dos reais benefícios de qualquer programa precisam estar definidos previamente, bem como seus critérios de avaliação e monitoramento.

iii. Fortalecimento de um sistema de defesa sanitária integrado: a criação de plataformas de gestão e de medidas preventivas no que tange a saúde animal é essencial para a competitividade da pecuária. Esse sistema seria o guardião da sanidade animal do rebanho bovino e o direcionador para erradicação de enfermidades, controles e proposituras a respeito de ações de governo. Essas ações envolveriam a discussão sobre as instituições envolvidas como o IPVDF.

iv. Criação de campanhas estratégicas de controle de ameaças ao setor produtivo: a necessidade de criar políticas de Estado para mitigar problemas que limitam a competitividade dentro da porteira, como o Controle do Carrapato e do Capim Anoni, são importantes como sinalizadoras para a iniciativa privada também fazer a sua parte.

v. Criação de um fórum de discussão sobre a vacinação F. Aftosa: abertura de um espaço coordenado pelo Estado sobre as vantagens e desvantagens e, ainda, as estratégias institucionais para avaliar a possibilidade de eliminação da vacinação contra a Febre Aftosa.

vi. Estímulo ao desenvolvimento de sistemas específicos de certificação: sinalizar aos integrantes da CPCB que o Estado é parceiro e tem mecanismos regulatórios desenvolvidos para que o setor busque novos sistemas de valorização da produção com a Identificação de Procedência, Identificação Geográfica, Terroir, etc.



2.4 CADEIA PRODUTIVA DA CARNE OVINA

Cadeia da proteína animal: identificação de necessidades para atração de investimentos no RS

Cadeia Produtiva da Carne - OVINOCULTURA

Coordenação: SEAPI – Antônio Ferreira Neto
Relatoria: FEBROCARNE – Eduardo Amato Bernhard

Grupo cadeia produtiva da ovinocultura

A ovinocultura gaúcha vem procurando seu espaço no mercado gaúcho e brasileiro desde o final da era de ouro da lã. De um rebanho com mais de 13 milhões de cabeças na década de 80 para as atuais 3,6 milhões, muitas ações já foram realizadas na tentativa de organização da cadeia produtiva. Diversos gargalos já foram identificados e continuam dificultando o acesso a um mercado onde a demanda é muito superior à oferta, além de nichos de mercado ávidos a serem explorados.

Conforme dados da SEAPI e EMATER, 85% do rebanho gaúcho encontram-se nas mãos de apenas 15% de grandes produtores, e numa equação inversa, os demais 15% encontram-se em pequenas propriedades de pecuária familiar, predominantemente nas regiões de fronteira do estado com o Uruguai e a Argentina. O rebanho médio não ultrapassa 70 cabeças, que fazem parte da subsistência dessas famílias, dentro de um processo de diversificação de culturas em que em muitos casos a lã ainda é considerada um produto mais importante que a carne. Nessas propriedades, a ovinocultura tem um importante papel de manutenção do homem no campo, sendo um produto de boa liquidez e de agregação de renda. Conforme levantamento da SEAPI (2009) são quase 38.000 pequenas propriedades, sendo que 85,2% destas possuem áreas até 50 ha.

O fortalecimento desta atividade no Estado está relacionado diretamente à necessidade de solucionarmos ou dirimirmos os entraves que impedem seu desenvolvimento. Dentro desta proposta, a Câmara Setorial de Ovinos do Estado do Rio Grande do Sul, com estímulo do BRDE, está fazendo um novo esforço, em conjunto com as demais cadeias de proteína do Estado, para retomar a condição neste setor.

Foi acordado pelo grupo de trabalho embasar a proposta no PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA OVINOCULTURA GAÚCHA, trabalho desenvolvido pela EMBRAPA Pecuária Sul e ARCO, coordenado pelo Pesquisador Marcos Flávio Silva Borba, que realizou um diagnóstico da ovinocultura no Estado, com a participação dos agentes desta cadeia. Utilizando uma matriz SWOT (FOFA), estabeleceram as Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças para o setor, elencando os principais gargalos em todos os ambientes da cadeia. Esses gargalos foram valorados conforme o grau de importância, como demonstra a tabela abaixo:

1	Assistência técnica
2	Aproximação entre agentes da cadeia produtiva
3	Fomentar a organização de produtores visando à regularidade da oferta
4	Rede de inovação na ovinocultura
5	Ação fiscalizadora do Estado
6	Apoio pequenas e médias indústrias
7	Políticas de fomento à atividade
8	Valorização/diferenciação de produtos da ovinocultura
9	Aspectos econômicos
10	Qualificar a segurança
11	Aumentar qualidade de produtos/novos produtos
12	Estatísticas confiáveis

Após a apresentação deste trabalho, foram somados alguns destaques propostos nas reuniões realizadas nos dias 18/01 e 25/01. Dentre os gargalos, apresentados no trabalho, foram destacados os que seguem abaixo, divididos conforme as suas respectivas competências:

a) Políticas Públicas, Linhas de Financiamento e Acesso ao Crédito

Um dos grandes entraves para o crescimento da ovinocultura no Rio Grande do Sul está na falta de programas que estimulem a criação, o abate, a comercialização de ovinos e que, conseqüentemente, incentive a manutenção do homem no campo. O ovinocultor luta diariamente contra muitos fatores adversos, que dificultam a criação. As intempéries, o abigeato, os predadores, entre outros, fazem com que muitos mantenham apenas um número reduzido de animais para subsistência. Com programas de incentivos que atinjam toda a cadeia, podemos rapidamente aumentar o rebanho e conseqüentemente fortalecer toda a cadeia através de uma produção maior de carne ovina.

SUGESTÕES:

- Inclusão da Ovinocultura no Plano Safra (MAPA, SEAPI, FARSUL, CNA, FETAG, CONTAG, SDR);
- Agilização da Proposta de Lei 015385.1500/15-0 na Assembleia Legislativa, que reduz os valores das taxas de recolhimento de abates e da lã (ALRS, SEAPI, FARSUL, FETAG e demais entidades associativas do setor);
- Isentar a substituição tributária de ICMS para produtos ovinos, estimulando o abate regulamentado e fazendo com que frigoríficos e abatedouros de bovinos, que já possuam uma estrutura adequada, também tenham interesse no abate de ovinos (SEFAZ, SEAPI);
- Retomar linhas de crédito para aquisição de matrizes e reprodutores através de programas de crédito orientado (agentes financeiros públicos, CAGE, SEFAZ, SEAPI, SDR);
- Criar programa que beneficie a indústria, vinculado à obrigatoriedade de uso de matéria-prima gaúcha (SEAPI, SEFAZ, CAGE, SICADERGS);
- Criar estímulo à sucessão familiar, com incentivos especiais aos jovens,

visando à manutenção destes no campo (agentes financeiros públicos, CAGE, SEFAZ, SEAPI, SDR); e

- Otimizar a utilização dos recursos do FUNDOVINOS, através de projetos orientados, com o objetivo de fortalecer a cadeia (Membros do Conselho do Fundo).

b) Sanidade e Segurança Alimentar

Hoje o principal entrave para o nosso país no que diz respeito à exportação de carne ovina e de animais vivos é a falta de um plano nacional de sanidade. Esse plano, que deverá considerar diversas epizootias de importância mundial, permitirá a abertura de novos mercados para a atividade em nosso estado. O RS já conta com um Programa Estadual de Sanidade Ovina, o PROESO, que ainda fica muito restrito a poucas doenças de forte impacto comercial para o produtor, mas não engloba patologias consideradas barreiras aos nossos produtos e que deveriam estar sob o controle do MAPA.

Paralelamente, é preciso se preocupar com a segurança no campo e a segurança no alimento que chega à mesa do consumidor. Existe uma necessidade urgente de um efetivo trabalho integrado para o controle de movimentação, de abates e comercialização. Tudo isso associado a uma atualização e uniformização dos dados estatísticos do rebanho e de todos os processos é de fundamental importância para a organização da cadeia. Isso ainda nos dá respaldo para desenvolvermos um trabalho para adequação e viabilização dos abates junto aos frigoríficos que já o fazem ou estimularmos aqueles que ainda não.

SUGESTÕES:

- Promover um trabalho integrado dos diversos órgãos de fiscalização para coibir o abate ilegal, com melhor controle do comércio de carne e lã (SEAPI, SEFAZ, SES, Prefeituras Municipais);
- Criar um programa sanitário efetivo que auxilie no controle das principais doenças do rebanho gaúcho (SEAPI);
- Viabilizar frigoríficos regionais para o abate de ovinos e abatedouro móvel (EMBRAPA, MAPA, SEAPI); e
- Uniformizar procedimentos e terminologias no registro de enfermidades encontradas em abatedouros (SEAPI, MAPA, Prefeituras Municipais).

c) Extensão Rural e Assistência Técnica

É alarmante a baixa produtividade do rebanho gaúcho, onde diversos levantamentos estimam a mortalidade de cordeiros ao redor de 50%, impactando fortemente na renda do produtor e reduzindo o impacto da cadeia como um todo. Acreditamos que o fortalecimento da rede de assistência técnica já existente, impactará positivamente para a melhoria no processo produtivo e permitirá criar um sistema sustentável, que gere renda e melhore a qualidade do produto final.

SUGESTÕES:

- Aumentar acesso à Assistência Técnica para os produtores de ovinos; (EMATER, SENAR/RS, SEBRAE/RS, ARCO, Universidades etc.); e
- Buscar alternativas para redução da mortalidade de cordeiros (EMATER, SENAR/RS, SEBRAE/RS, ARCO, FEBROCARNE, EMBRAPA, Universidades, etc.).

d) Estímulo à Comercialização e Consumo

O Rio Grande do Sul possui o maior rebanho do país, com uma grande variedade de raças com qualidade diferenciada na produção de carne. Associado a isto, nosso rebanho é criado a pasto, na sua maior parte campo nativo, em regiões onde muitas vezes outras espécies não prosperam. Possuímos ainda diferenças regionais, que podem explorar nichos de mercado e atender mercados exigentes e com alto valor agregado. É necessário identificar esses mercados potenciais e suas demandas e, através disso, consolidar e criar programas fortes e estratégias para produzir mais e melhor, além de divulgar de forma eficaz esse nosso produto diferenciado, a exemplo das raças bovinas Angus e Hereford.

SUGESTÕES:

- Estimular o Programa Cordeiro Gaúcho de Qualidade, através da divulgação do mesmo dos diferenciais da carne produzida em nosso estado (ARCO, FEBROCARNE, SEAPI, BRDE, SEBRAE/RS);
- Definir estratégias regionais de produção e comercialização (EMBRAPA Pecuária Sul, ARCO, EMATER, SENAR/RS, SEBRAE/RS, FARSUL, Universidades);
- Criar unidades e modelos de referência na produção de ovinos na diferentes regiões do estado (EMATER, EMBRAPA, Universidades, SEBRAE/RS);
- Fortalecer vínculos entre os elos da cadeia produtiva;
- Estimular o consumo no mercado interno gaúcho através de divulgação e marketing direcionados aos centros urbanos e outras regiões potenciais (SICADERGS, SEBRAE/RS, FEBROCARNE, ARCO).



2.5 CADEIA PRODUTIVA DO PEIXE



Gargalos e Sugestões

Grupo de Trabalho:

Rafael Lazzari / UFSM
Ricardo Nuncio / SDR
Enrique Bartels / EMATER
Marco Aurélio Rotta / FEPAGRO
Juarez Jeffman / FEPAM
Paulo Radunz / SDR
Ezio Gomes / SDR
Leosergio Angheben / BRDE

Introdução

A busca, cada vez maior, por alimentação saudável vem promovendo incessante incremento na procura por carne de peixe. Com baixo teor de gordura, rica em proteínas, vitaminas e sais minerais, a carne de peixe é um alimento bastante consumido no Brasil e no mundo. O ômega 3 existente em muitas espécies de peixe, auxilia na manutenção de níveis saudáveis de triglicerídeos e colesterol, diminuindo a incidência de doenças cardiovasculares. A ingestão regular de carne de peixe também auxilia na regeneração de células nervosas, melhorando a memória e a concentração.

A oferta desse alimento, historicamente, baseou-se no extrativismo. Contudo, a depleção dos estoques naturais de peixes pela adoção de técnicas que ampliaram a escala da pesca e o aumento da demanda decorrente do crescimento populacional veio a promover o desenvolvimento de técnicas alternativas de produção de pescado, atividade econômica denominada de piscicultura, que é o ramo da aquicultura dedicado à produção de peixes.

No Rio Grande do Sul, a piscicultura ainda é incipiente, caracterizando-se por ser atividade econômica complementar no âmbito rural, desenvolvida

em pequenas propriedades com viveiros ou açudes de pequeno porte, sendo a maior parte da produção direcionada ao consumo familiar.

A comercialização de peixes oriundos de criatórios no Estado tem sido praticada principalmente no sistema pesque-pague e, complementarmente, em feiras e peixarias durante a Semana Santa. Não existe produção suficiente para competir no mercado com oferta regular ao longo do ano.

Caracterização da Cadeia Produtiva da Piscicultura

A cadeia produtiva da piscicultura abrange um conjunto de atividades relacionadas à criação de peixes em cativeiro, podendo ser segmentada nas seguintes etapas: pesquisas e experimentos; larvicultura e alevinagem; produção em diferentes sistemas, processamento industrial (evisceração / filetagem / refrigeração / congelamento); e comercialização. Inclui, também, a produção de rações, tipificada por segmentos da criação e por espécies de peixe, e a produção de hormônios e de medicamentos.

No campo da pesquisa e experimentos no Rio Grande do Sul, denotam-se várias iniciativas no âmbito de Universidades (UFRGS / UFSM / UNIPAMPA / UPF / PUC Uruguaiana / etc.), estações experimentais (EMATER / FEPAGRO / EMBRAPA) e empresas privadas. Esses esforços são orientados no sentido de desenvolver técnicas de produção nas diferentes fases do processo, de selecionar espécies competitivas em termos de mercado e de formar multiplicadores para disseminação do conhecimento.

A larvicultura e alevinagem constituem-se no processo inicial da produção de peixes, geralmente desenvolvida em ambiente laboratorial e com elevado nível técnico, iniciando com a produção de larvas de peixes que se transformam nos alevinos. A técnica consiste em induzir peixes adultos selecionados (reprodutores), por intermédio de hormônios, à produção de gametas, oportunizando a fecundação. Mediante cuidados especiais, os ovos eclodem gerando larvas de peixe. Na sequência, ainda em ambiente controlado, as larvas são alimentadas até atingirem a fase de alevinos, quando, então, passam para tanques maiores, sendo alimentados até atingirem tamanho passível de serem transferidos para criatórios. A expansão desse segmento altamente especializado é essencial para viabilizar o incremento da produção de peixes, na medida em que requer conhecimento, instalações adequadas e cuidados técnicos.

A criação de peixe em si é uma atividade relativamente rústica, praticada em instalações adequadas e com alguns cuidados quanto à qualidade da água onde é desenvolvida e com a alimentação. Cada espécie de peixe tem características peculiares, exigindo sistema adequado ao desenvolvimento do cardume. Em regra, a produção pode ser desenvolvida em tanques ou cavas construídos no solo com água corrente, assim como em tanques-redes dispostos em rios, lagos, açudes ou barragens. Nesta fase da criação, o maior envolvimento e gastos são com a alimentação do cardume, ação estratégica para propiciar a sobrevivência e o crescimento dos animais.

Complementando a cadeia produtiva, tem-se a produção de rações, cujo produto disponibilizado no mercado deve ser moldado às exigências de cada espécie de peixe, assim como à etapa da criação, indo desde ração em pó até a



ração granulada.

No processo de geração dos gametas, são amplamente utilizados hormônios, em geral produzidos a partir de outras espécies de peixes, como, por exemplo, a partir da glândula hipófise da palometa, conforme experimentos desenvolvidos em universidades do Rio Grande do Sul.

Há também experimentos com a produção de diferentes tipos de peixes nativos das bacias hidrográficas brasileiras, com vistas a selecionar espécimes com maior grau de desenvolvimento em cativeiros. Esses experimentos abrangem também cruzamentos entre espécies de um mesmo gênero, com vistas à obtenção de espécimes híbridos mais precoces. Esses campos de pesquisa são de grande importância por buscar soluções para a piscicultura nacional com exploração de espécies nativas, de forma a competir com a introdução/exploração de espécies exóticas.

Panorama da Piscicultura no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul conta com 50.464 piscicultores, sendo 97% desses criatórios explorados em regime familiar. A produção anual de peixes no Estado se situa em torno de 17.108.000 kg/ano, numa lâmina d'água da ordem de 20.300 ha, com uma produtividade média de 850 kg/ha/ano, distribuídos nos seguintes sistemas de produção: extensivo, semi-intensivo e intensivo, conforme estudo realizado pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

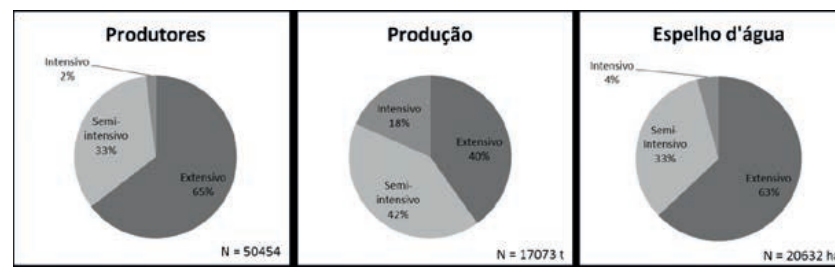
Sistemas de produção – 2013

Sistema de Produção	Produtores	Produção (t)	Kg/Produtor/Ano
Extensivo	32.560	6.860	210
Semi-intensivo	16.861	7.080	420
Intensivo	994	3.138	3.156
Total	50.415	17.078	339

Fonte FURG, 2016. Elaboração H. Bartels, Emater.

O sistema de criação extensivo é praticado por cerca de 65% dos produtores, que utilizam 63% do espelho d'água total, enquanto que 33% empregam o sistema semi-intensivo e ocupam 33% do espelho d'água. Já o sistema intensivo é exercido por apenas 2% dos produtores (FURG, 2013).

Distribuição do número de produtores, da produção e do espelho d'água Rio Grande do Sul



Fonte: FURG, 2013.

As espécies mais cultivadas no Rio Grande do Sul são as carpas, compreendendo 80% do total (carpa capim 30%; carpa comum 22%; carpa cabeça-grande 15%; carpa prateada 13%). Em segundo lugar vem a tilápia com 12% da produção e depois o jundiá com 4% da produção, conforme dados da FURG, tabulados por Henrique Bartels (assistente técnico estadual da Emater).

Distribuição da produção de peixe por espécie no Rio Grande do Sul

Espécie	%	%
Carpas		80
•Capim	30	
•Comum	22	
•Cabeça-grande	15	
•Prateada	13	
Tilápia		12
Jundiá		4
Outros		4
Total		100

Fonte FURG, 2016. Elaboração H. Bartels, Emater.

A maior parte dos peixes produzidos no Rio Grande do Sul é comercializada durante a Semana Santa de diversas formas: venda na taipa, feiras de peixes (vivo, eviscerado, em forma de filé ou postas). Segundo levantamento da Emater, em 2014 foi comercializado 3.268 toneladas de peixes, em 5.579 pontos de venda, resultando num faturamento total em torno de R\$ 30 milhões aos piscicultores do Estado.

No Rio Grande do Sul, existem 84 unidades de beneficiamento instaladas, que recepcionam pescado oriundo da pesca artesanal e/ou da piscicultura familiar. Destas, 24 são coletivas e as 60 restantes são de uso familiar ou individual. A Região do Litoral destaca-se pela elevada quantidade de

unidades de beneficiamento de uso familiar ou individual. A maioria destas unidades de beneficiamento (65) está em funcionamento. A capacidade total de beneficiamento diário do Estado é de cerca de 60.000 kg/ano, entretanto apenas 26% desta capacidade é efetivamente utilizada.

Gargalos e Sugestões

A piscicultura é uma atividade com grande potencial de crescimento em nosso Estado, porém trata-se de uma cadeia produtiva pouco estruturada, apresentando diversos gargalos nas suas diferentes fases (produção, industrialização e comercialização), necessitando de iniciativas políticas para sua organização e dinamização. A seguir, são elencados problemas e sugeridas soluções:

a) Melhoramento da qualidade genética da produção estadual

Tudo inicia nesse ponto. Se não tiver um bom material genético, não tem como melhorar a produtividade da atividade. A falta de renovação genética dos peixes leva à consanguinidade, resultando em baixa qualidade dos alevinos e peixes com menor potencial produtivo.

No sentido de reverter esse quadro, faz-se necessário apoiar as universidades e centros de pesquisa na busca por melhoramento genético e na obtenção de reprodutores e matrizes de qualidade. Desse modo, podem ser ofertados espécimes descendentes saudáveis e com maior potencial produtivo aos produtores de alevinos instalados no Estado.

Também se faz necessário instalar um sistema de rastreamento dos espécimes de peixe ofertadas no Rio Grande do Sul, no intuito de identificar a procedência dos alevinos, o material genético dos reprodutores e matrizes, dentre outros pontos importantes.

b) Maior rigor na fiscalização sanitária

No Rio Grande do Sul, ocorre grande quantidade de enfermidades na produção de peixes, provocadas por bactéria, fungos, vírus e parasitas, que podem comprometer parte ou toda a produção.

Para resolver o problema, faz-se necessário ampliar o controle sanitário, desde a produção dos alevinos até a comercialização dos peixes adultos, com regramento a ser estabelecido pelo CONGAPES - Conselho Gaúcho de Aquicultura e Pesca Sustentáveis.

c) Licenciamento ambiental

As preocupações ambientais sempre tiveram grande importância no desenvolvimento das atividades abrangidas pela piscicultura. Todos os cuidados em relação às áreas de preservação, bem como com a qualidade da água utilizada no manejo e nos efluentes resultantes da produção.

Este tema já implicou em grande gargalo na legalização dos empreendimentos de piscicultura no Rio Grande do Sul. Isso começou a mudar a partir do licenciamento ambiental do Programa de Piscicultura da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo concedida pela FEPAM, que funciona como um "guarda-chuva" para o licenciamento dos

empreendimentos individuais da agricultura familiar. Neste caso, os técnicos da Emater elaboram os projetos de licenciamento que são homologados na Divisão de Pesca e Aquicultura da SDR. A Emater conta com escritórios em quase todos os municípios do Estado, o que dinamiza o processo, tendo passado de algumas dezenas de licenciamentos para mais de três mil, em três anos.

A Resolução do CONSEMA nº 288/2014 facilitou ainda mais o processo de licenciamento ambiental na piscicultura, por ter descentralizado a competência, passando a atribuição aos municípios, por considerar a atividade como de impacto ambiental em âmbito local. Para isso, o município deve contar com estrutura adequada para processar o licenciamento. Contudo, algumas prefeituras não possuem condições para ter um quadro técnico para processar licenciamentos para a atividade, bem como outras cobram taxas que alguns produtores não podem pagar.

Considerando os aspectos já mencionados, a Câmara Técnica da Piscicultura vem propondo que o licenciamento seja exigido apenas para pisciculturas com área superior a 2 ha de lâmina d'água. Aos piscicultores que exploram áreas menores, a exigência se restringiria ao cadastramento da atividade junto ao órgão de proteção ambiental de respectivo município.

d) Qualificação profissional

A falta de qualificação profissional dos piscicultores leva a manejos inadequados, resultando em baixa produtividade. Em estudo realizado pela FURG - 2013, a produtividade média da produção de peixe no Rio Grande do Sul é de apenas 850 kg/ha/ano. Esse desempenho pode ser significativamente elevado com o apoio de assistência técnica intensiva e com a qualificação profissional dos piscicultores. Neste sentido, preconiza-se a oferta de cursos práticos para os produtores rurais, através da Emater e de convênios com entidades e instituições de ensino.

Outro problema que vem ocorrendo nos últimos anos é a evasão de técnicos de piscicultura formados nas universidades e escolas técnicas gaúchas que, por não encontrarem campo de trabalho no Rio Grande do Sul, migram para outras regiões do País. Esse problema poderá ser revertido com a dinamização da cadeia produtiva do peixe e com a ampliação do número de agricultores investindo na atividade, o que ampliaria a demanda de assistência junto a profissionais capacitados.

e) Fomento de produção integrada de peixes no âmbito das cooperativas agrícolas

A forma mais promissora de fomento da piscicultura no Estado é o envolvimento das cooperativas de produtores rurais, com a priorização da atividade em suas respectivas áreas de ação, o que inclui a disposição de assistência técnica, a difusão de técnicas de produção adequadas às peculiaridades da região e o apoio à comercialização da produção.

Considerando a estrutura de apoio à produção agropecuária disponível nas cooperativas, a incorporação de nova atividade implicaria em custo adicional baixo. Além disso, a cooperativa tem grande poder de difusão de técnicas produtivas e possibilidade de intermediar financiamentos, bem como de passar



confiança aos seus associados para novos investimentos. Entende-se que o envolvimento das cooperativas na estruturação da produção e comercialização de peixes é a principal ação para o aumento e qualificação da atividade no Estado, a exemplo dos processos adotados no fomento da avicultura, suinocultura e produção de leite no passado.

Entende-se, também, que a SDR poderia assumir esse papel mobilizador, auxiliando as cooperativas na configuração de sistemas integrados de produção e comercialização de peixes, assim como do BRDE de processar financiamentos no âmbito de sistemas integrados à cooperativa.

f) Apoio à ampliação da comercialização de peixes

No Rio Grande do Sul, ocorre grande procura por peixe durante a Semana Santa devido a aspectos religiosos, porém, passando esse período, a demanda cai significativamente. Para reverter esse quadro, faz-se necessário incentivar uma mudança de hábito na população, estimulando o consumo regular de peixe durante o ano todo, o que pode ser viabilizado com incentivos para a ampliação da oferta e campanhas publicitárias direcionadas aos consumidores.

Contudo, uma estratégia fácil de ser implementada para fortalecer a comercialização ao longo do ano é disponibilizar peixes para venda nas feiras de produtores rurais, quando, então, os produtores de peixes poderiam vender diretamente aos consumidores, obtendo, assim, melhores preços por seus produtos, enquanto o consumidor compraria por preços menores.

Caberia à SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural viabilizar essa estratégia de comercialização de peixes nas feiras agropecuárias do Estado, com o cuidado que os produtos sejam certificados quanto às exigências legais e sanitárias.

g) Apoio à comercialização de peixes em escala empresarial

A comercialização de peixes em nível empresarial implica na produção em grande escala e necessita da intermediação de uma unidade de processamento e distribuição dos produtos a varejistas e consumidores qualificados, como restaurantes, hospitais, quartéis, etc.

Para atingir-se esse patamar de inserção no mercado, faz-se necessário ampliar consideravelmente a produção, de forma a tornar a oferta regular ao longo do ano, o que requer a ampliação da atividade, incentivando grandes produções ou sistemas integrados, desenvolvimento de capacidade gerencial, qualificação técnica e recursos para bancar os investimentos, de forma a atingir níveis de produtividade para propiciar remuneração de todos os intervenientes no processo.

Para tanto, recomenda-se atenção especial da parte da SDR na organização de sistemas produtivos integrados junto a cooperativas agrícolas e/ou as unidades de processamento, assegurando assistência técnica em todos os níveis da cadeia de produção e apoiando na certificação do produto para comercialização, assim como na inserção da atividade no âmbito das regras para a agricultura familiar (SUSAF).

h) Apoio institucional à comercialização da produção estadual de peixes em relação aos importados

A entrada de peixes oriundos de outros estados e principalmente de outros países (como o Panga) no Rio Grande do Sul, a preços muito baixos, talvez subsidiados, constitui-se em forte entrave ao desenvolvimento da piscicultura regional, fazendo-se necessárias medidas fiscais em favor da produção estadual.

Para isso, devem ser estudados e adotados controles fiscais que protejam a comercialização de peixes produzidos no Rio Grande do Sul, em relação a produtos oriundos de outros estados ou mesmo de outros países, como forma de favorecer a produção gaúcha.

Uma ação sugerida consiste em abrigar os piscicultores caracterizados no âmbito da agricultura familiar nas subvenções propiciadas pelo FEAPER, nos mesmos moldes da pecuária leiteira e da irrigação.

Outra é intensificar a fiscalização sanitária dos produtos vindos de outros estados ou do exterior, de forma a garantir que os produtos comercializados no Estado tenham sido produzidos com boas práticas de produção e que não ofereçam riscos ao consumidor.

i) Liberação da produção de tilápias na bacia do Rio Uruguai

A proibição da produção de tilápias na bacia do Rio Uruguai é outro ponto a ser considerado no processo de propagação da piscicultura no Estado. Essa região compreende 230 municípios gaúchos, com grande potencial de produção de peixes. Com essa restrição, os produtores dessa região ficam impedidos de licenciar a atividade junto aos órgãos de proteção ambiental e, também, ficam aliçados do crédito bancário para produção de tilápias, que é a espécie mais cultivada no Brasil e no mundo.

No sentido de reverter esse processo, faz-se necessário liberar a produção de tilápias em tanques escavados na bacia do Rio Uruguai, nos mesmos moldes das demais bacias hidrográficas do Estado (Litorânea e Guaíba) e, também, estabelecer regras para a liberação da produção de peixes (espécies nativas e exóticas) em tanques-rede, o que possibilitaria melhor aproveitamento das lâminas d'água existentes.

Síntese dos Gargalos e das Propostas para o Desenvolvimento da Piscicultura no Rio Grande do Sul

Gargalos	Sugestões	Responsável
Melhoramento da qualidade genética da produção estadual	“Apoio às universidades e centros de pesquisa para a seleção e/ou aquisição de peixes de boa qualidade, de forma a disponibilizar aos criadores reprodutores e matrizes com elevada qualidade genética; Implantação de um sistema de rastreamento das espécies de peixe ofertadas aos produtores.”	UFSM, UFPEL, UFRGS, UPF e DDPA/ SEAPE (antiga Fepagro)

Maior rigor na fiscalização sanitária	Melhorar o nível do controle sanitário, desde a produção dos alevinos até a comercialização de peixes adultos, com regramento estabelecido pelo CONGAPES.	SEAPE
Licenciamento ambiental	“Dispensar de licenciamento ambiental pisciculturas com área de exploração inferior a 2 ha de lâmina d'água; O piscicultor que tiver área inferior 2 ha de lâmina d'água deverá, apenas, se cadastrar junto ao órgão de defesa ambiental do seu município.”	FEPAM, SDR
Qualificação profissional	Intensificar a assistência técnica e extensão rural na atividade da piscicultura, com a oferta de cursos de qualificação profissional de reprodutores e matrizes de boa qualidade a produtores de peixes, por intermédio da Emater, instituições de ensino ou entidades conveniadas.	SDR, EMATER
Fomento de produção integrada de peixes no âmbito das cooperativas agrícolas	“Mobilizar as cooperativas agrícolas para implementarem sistemas integrados de produção de peixes em suas áreas de atuação, a exemplo das ações empreendidas no desenvolvimento da avicultura, suinocultura e produção de leite no passado; Essa ação deverá ser coordenada pela SDR, com o apoio das entidades estaduais voltadas ao fomento agropecuário.”	SDR, EMATER
Apoio à ampliação da comercialização de peixe	“Realizar encontros técnicos e campanhas publicitárias incentivando a produção e o consumo regular de peixe; Apoiar a implantação de pontos de comercialização em feiras respeitando as exigências sanitárias e fiscais; Criar normas técnicas para o funcionamento de entreposto de pescado em feiras; Simplificação de impostos e taxas para a agricultura familiar.”	SDR, EMATER

Apoio à comercialização de peixes em escala empresarial	“Incentivar a estruturação de sistemas integrados de produção atrelados a unidades de beneficiamento de peixes; Promover a estruturação de mercado do produto junto a varejistas/supermercados e a consumidores qualificados, como restaurante, hospitais, quartéis, presídios, etc.; Promover a inserção da atividade no âmbito das regras do SUSAF - Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte, enquadrando como atividade da agricultura familiar; Dispor subvenções à piscicultura desenvolvida no âmbito da agricultura familiar através do FEAPER, nos mesmos moldes da pecuária leiteira e da irrigação.”	SDR, EMATER
Apoio institucional à comercialização da produção estadual de peixes em relação aos importados	“Adotar medidas fiscais que protejam a comercialização do peixe produzido no Rio Grande do Sul, em relação a produtos oriundos de outros estados ou de outros países; Intensificar a fiscalização sanitária dos produtos vindos de outros estados ou do exterior, de forma a garantir a qualidade dos produtos comercializados no Estado.”	SEFAZ, Vigilância Sanitária
Liberação da produção de tilápias na bacia do Rio Uruguai	“Liberar a produção de tilápias em tanques escavados na Bacia do Rio Uruguai, nos mesmos moldes das demais bacias hidrográficas do Estado (Litorânea e Guaíba); Realizar estudo com a finalidade de liberar a produção de espécies nativas e exóticas em tanques-rede em rios e barragens.”	IBAMA, FEPAM, SDR

CONSOLIDAÇÃO DAS DEMANDAS E AÇÕES SETORIAIS POR ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

Nesta seção, irá se apresentar uma síntese das informações, solicitações e propostas de ação advindas da análise da seção anterior. Para tanto, visando também facilitar o entendimento das demandas setoriais, consolidar-se-á em tabelas os seguintes itens: (i) a qual órgão governamental se refere as solicitações; (ii) qual o setor solicitante; (iii) quais os entraves e/ou demandas identificados pelo setor; (iv) quais são as ações sugeridas ao órgão governamental - principal - em questão; e (v) quais as demais entidades que são demandadas para a solução dos respectivos entraves.

Demandas e Ações Sugeridas, por Setor - Consolidado: delimitação dos Órgãos do Governo Estadual Demandados

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO

Tabela 3.1.1 - SEAPI: Setor Aves/Ovos e Suínos

Órgão Demandado Principal: SEAPI			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
AVES, OVOS e SUÍNOS	Fortalecer a Defesa Sanitária	Desenvolver e fomentar a biossegurança e bem estar-animal	Instituições Federais: MAPA SFA
		Fortalecer os programas de sanidade da avicultura e suinocultura, garantindo o atendimento às instruções normativas nacionais	MEC Instituições Estaduais: <u>SEAPI</u>
AVES, OVOS e SUÍNOS	Fomentar o Aumento da Produção e Oferta de Milho no RS	Modernizar os sistemas de inspeção, fiscalização e certificação existentes no país	SDR
		Investir em programas de educação sanitária, principalmente nas cadeias não organizadas, com divulgação nos cursos de medicina veterinária	EMATER
		Desenvolver ações viabilizadoras para tomar o RS com status de livre de aftosa sem vacinação e prospectar com suporte oficial, a busca de outras alternativas para acessar mercados diferenciados	SEC SENAR SEBRAE
		Manutenção, ampliação e divulgação do Programa de Irrigação para a cultura do milho	SESCOOP
CARNE BOVINA	Implantação da Rastreabilidade	Implementação do Seguro Agrícola para a cultura do milho	Instituições Federais: MAPA
		Criação de um Programa para incentivar adoção da segunda safra de verão no RS, isto é, milho mais soja	MF
		Criação de um Programa para incentivar a produção de culturas de inverno, objetivando a produção de ração composta de trigo, triticale, etc.	Instituições Estaduais:
		Criação de linhas de financiamento para aquisição de milho na safra pelas agroindústrias, com garantia de estoques	<u>SEAPI</u>
		Incentivo ao aumento da estocagem para o milho no RS	

Tabela 3.1.2 - SEAPI: Setor Bovinos

Órgão Demandado Principal: SEAPI			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
CARNE BOVINA	Implantação da Rastreabilidade	Criação de um sistema de identificação bovina e de certificação, conduzindo a um processo de rastreabilidade dentro da porteira	Instituições Federais: MAPA
		Criação do marco jurídico que define o processo	Instituições Estaduais: <u>SEAPI</u>
		Formação de um comitê propositivo e uma agenda mínima de implantação.	
	Criação de um sistema de informações estatísticas para a Cadeia Produtiva da Carne Bovina	Unificação dos diversos sistemas de coletas de dados e de geração de informações em um sistema de informações estatísticas e de análise dos dados do setor.	Instituições Federais: MAPA Instituições Estaduais: <u>SEAPI</u>
	Criação de um fórum de discussão sobre a vacinação contra Febre Aftosa (em andamento)	Abertura de um espaço coordenado pelo Estado sobre as vantagens e desvantagens e ainda, as estratégias institucionais, para avaliar a possibilidade de eliminação da vacinação contra a Febre Aftosa.	Instituições Federais: MAPA Instituições Estaduais: <u>SEAPI</u>
	Necessidade de marcos regulatórios simplificados para projetos de intensificação da produção e uso de inovações tecnológicas	Redefinição, pelo Estado, das suas normativas e diretrizes legais de modo a simplificar a inovação tecnológica e o uso de sistemas mais intensivos e produtivos pelos pecuaristas.	Instituições Federais: MAPA Instituições Estaduais: <u>SEAPI</u> / Câmara Setorial SEMA / FEPAM
	Criação de uma câmara de mediação	Estabelecimento de pautas associadas a licenciamentos de operação, liberação de atividades, orientações administrativas e	<u>SEAPI</u> / Câmara Setorial
	Fortalecimento das câmaras setoriais da SEAPI e criação de um ambiente institucional de representação da Cadeia Produtiva da Carne Bovina com instância de análise de conflitos, de proposição setorial e de estratégias de ações.		<u>SEAPI</u> / Câmara Setorial
Avaliação dos programas vigentes dirigidos a CPCB:	Avaliação dos programas de incentivo ao setor, como o AGREGAR/RS/CARNES e outros que ainda estão em atividade, para definir o que permanece ou que deverá ser extinto, modificado, ou algum específico que deverá ser criado.	<u>SEAPI</u> / Câmara Setorial	
Fortalecimento de um sistema de defesa sanitária integrado	Criação de plataformas de gestão e de medidas sanitárias preventivas. Sistema "guardião" da sanidade animal do rebanho bovino e direcionador para erradicação de enfermidades, controles e proposições a respeito de ações de governo.	<u>SEAPI</u> / Câmara Setorial / IPVDF	
Criação de campanhas estratégicas de controle de ameaças ao setor produtivo	Criar políticas de Estado para mitigar problemas que limitam a competitividade dentro da porteira, como o controle do Carrapato e do Capim Anoni, como sinalizadoras para a iniciativa privada também fazer a sua parte.	<u>SEAPI</u> / Câmara Setorial	
Estímulo ao desenvolvimento de sistemas específicos de identificação	Sinalizar aos integrantes da Cadeia Produtiva que o Estado é parceiro e tem mecanismos regulatórios desenvolvidos para que o setor busque novos sistemas de valorização da produção como a Identificação de Procedência, Identificação Geográfica, Terroir, etc.	<u>SEAPI</u> / Câmara Setorial	

Tabela 3.1.3 – SEAPI: Setor Lácteos

Órgão Demandado Principal: SEAPI			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
LÁCTEOS	Monitoramento das Ações do Agro*	Fortalecimento das ações e criação de um comitê para criação de pautas e monitoramento das ações.	SEAPI / Câmara Setorial do Leite
	Baixa adesão ao SISBI	Devido às dificuldades de enquadramento, sugere-se uma simplificação dos critérios.	SEAPI / Câmara Setorial do Leite
	Contribuições ao FUNDOLEITE	Rediscutir as definições quanto às contribuições ao FUNDOLEITE.	SEAPI / Câmara Setorial do Leite
	Aplicação da Lei do Leite	Criação de banco de dados de produção e produtores.	SEAPI / Câmara Setorial do Leite

Tabela 3.1.4 – SEAPI: Setor Ovinos

Órgão Demandado Principal: SEAPI			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
OVINOS	Inclusão da Ovinocultura no Plano Safra (Obs. Já contemplada no Plano Safra Federal – MODERAGRO, PRONAMP, ABC, PRONAF)		SEAPI, SDR, MAPA, CNA, FARSUL, FETAG, CONTAG
	Agilização da Proposta de Lei 015385.1500/15-0 na Assembleia Legislativa, que reduz os valores das taxas de recolhimento de abates e da lã		SEAPI, ALRS, FARSUL, FETAG e outras
	Isentar a substituição tributária de ICMS para produtos ovinos, estimulando o abate regulamentado e fazendo com que frigoríficos e abatedouros de bovinos, que já possuam uma estrutura adequada, também tenham interesse no abate de ovinos		SEAPI e SEFAZ (consulta realizada a esta)
	Retomar linhas de crédito para aquisição de matrizes e reprodutores através de programas de crédito orientado (Obs. Já contemplada no Plano Safra Federal – MODERAGRO, PRONAMP, ABC, PRONAF)		SEAPI, SDR, MAPA, CAGE, SEFAZ, Ag. Financeiros
	Criar programa que beneficie a indústria, vinculado à obrigatoriedade de uso de matéria-prima gaúcha		SEAPI / Câmara Setorial, SEFAZ / CAGE, SICADERGS
	Criar estímulo a sucessão familiar, com incentivos especiais aos jovens, visando a manutenção destes no campo		SEAPI, SDR, SEFAZ / CAGE
	Otimizar a utilização dos recursos do FUNDOVINOS, através de projetos orientados, com o objetivo de fortalecer a cadeia		SEAPI via Câmara Setorial, Conselho do FUNDOVINOS
	Promover um trabalho integrado dos diversos órgãos de fiscalização para coibir o abate e o abate ilegal, com melhor controle do comércio de carne e lã		SEAPI, SSP, SEFAZ, SES, Prefeituras Municipais
	Criar um programa sanitário efetivo que auxilie no controle das principais doenças do rebanho gaúcho		SEAPI
	Viabilizar frigoríficos regionais para o abate de ovinos e abatedouro móvel		SEAPI, MAPA, EMBRAPA
	Uniformizar procedimentos e terminologias no registro de enfermidades encontradas em abatedouros		SEAPI, MAPA, Prefeituras Municipais
	Estimular o Programa Cordeiro Gaúcho de Qualidade, através da divulgação do mesmo e dos diferenciais da carne produzida em nosso estado		SEAPI, Câmara Setorial, ARCO, BRDE, FEBROCARNE, SEBRAE/RS
	Fortalecer vínculos entre os elos da Cadeia produtiva		SEAPI via Câmara Setorial

Tabela 3.1.5 – SEAPI: Setor Peixes

Órgão Demandado Principal: SEAPI			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
PEIXES	Melhoramento da qualidade genética da produção estadual	Apoio às universidades e centros de pesquisa para a seleção e/ou aquisição de peixes de boa qualidade, de forma a disponibilizar aos criadores reprodutores e matrizes com elevada qualidade genética; Implantação de um sistema de rastreamento das espécies de peixe ofertadas aos produtores.	SEAPI via DDP/SEAPE (antiga Fepagro), UFSM, UPF, UFPEL, UFRGS
	Maior rigor na fiscalização sanitária	Melhorar o nível do controle sanitário, desde a produção dos alevinos até a comercialização de peixes adultos, com regramento estabelecido pelo CONGAPES.	SEAPI

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO

Tabela 3.2.1 – SDR: Setor Aves/Ovos e Suínos

Órgão Demandado Principal: SDR			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
AVES, OVOS e SUÍNOS	Fortalecer a Defesa Sanitária	Desenvolver e fomentar a biossegurança e bem estar-animais Fortalecer os programas de sanidade da avicultura e suinocultura, garantindo o atendimento às instruções normativas nacionais	Instituições Federais: MAPA SFA MEC
		Modernizar os sistemas de inspeção, fiscalização e certificação existentes no país	Instituições Estaduais: SDR / EMATER
		Investir em programas de educação sanitária, principalmente nas cadeias não organizadas, com divulgação nos cursos de medicina veterinária	SEAPI SEC SENAR SEBRAE SESCOOP
		Desenvolver ações viabilizadoras para tornar o RS com status de livre de aftosa sem vacinação e prospectar com suporte oficial, a busca de outras alternativas para acessar mercados diferenciados em relação à aftosa	

Tabela 3.2.2 – SDR: Setor Lácteos

Órgão Demandado Principal: SDR			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
LÁCTEOS	Sucesso Familiar, falta de acesso à informação, capacitação, falta de mão-de-obra (quantidade e qualidade) e custo de inovação	Criar / intensificar programas de preparação para a sucessão familiar; intensificar difusão de técnicas / boas práticas / etc.; utilizar escolas técnicas para treinamentos e formação de trabalhadores familiares e terceiros; incentivar linhas de pesquisa de desenvolvimento de tecnologias alternativas; incentivar a pesquisa de sistemas de produção de leite focada na inovação de tecnologias no campo.	SDR / EMATER
	Ociosidade da indústria	Estimular através da assistência técnica o aumento da produtividade.	SDR / EMATER
	Exigências impostas por NRs	Fornecer prazo (carência) para o setor se adequar.	SDR / EMATER

Tabela 3.2.3 – SDR: Setor Ovinos

Órgão Demandado Principal: SDR			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
OVINOS	Plano Safra	Inclusão da Ovinocultura no Plano Safra (Obs. Já contemplada no Plano Safra Federal – MODERAGRO, PRONAMP, ABC, PRONAF)	SDR, SEAPI, MAPA, CNA, FARSUL, FETAG, CONTAG
	Crédito	Retomar linhas de crédito para aquisição de matrizes e reprodutores através de programas de crédito orientado (Obs. Já contemplada no Plano Safra Federal – MODERAGRO, PRONAMP, ABC, PRONAF)	SDR, SEAPI, MAPA, CAGE, SEFAZ, Ag. Financeiros
	Manutenção do Homem no Campo	Criar estímulo a sucessão familiar, com incentivos especiais aos jovens, visando a manutenção destes no campo	SDR, SEAPI, SEFAZ / CAGE
	Assistência Técnica	Aumentar acesso a Assistência Técnica para os produtores de ovinos	SDR via EMATER, SENAR/RS, SEBRAE/RS, ARCO, Universidades
	Elevada mortalidade de Cordeiros	Buscar alternativas para redução da mortalidade de cordeiros	SDR via EMATER, SENAR/RS, SEBRAE/RS, ARCO, FEBROCARNE, EMBRAPA, Universidades
	Falta de Estratégias mais claras	Definir estratégias regionais de produção e comercialização	SDR via EMATER, EMBRAPA, Pecuaría Sul, ARCO, SENAR/RS, SEBRAE/RS, FARSUL, Universidades
	Modelos de Referência	Criar unidades e modelos de Referência na produção de ovinos na diferentes regiões do estado	SDR via EMATER, EMBRAPA, Universidades SEBRAE/RS

Tabela 3.2.4 – SDR: Setor Peixes

Órgão Demandado Principal: SDR			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
PEIXES	Licenciamento ambiental	Dispensar de licenciamento ambiental pisciculturas com área de exploração inferior a 2 ha de lâmina d'água; (O piscicultor que tiver área inferior 2 ha de lâmina d'água deverá, apenas, se cadastrar junto ao órgão de defesa ambiental do seu município.)	SDR, SEMA via FEPAM
	Qualificação profissional	Intensificar a assistência técnica e extensão rural na atividade da piscicultura, com a oferta de cursos de qualificação profissional de reprodutores e matrizes de boa qualidade a produtores de peixes,	SDR via EMATER
	Fomento de produção integrada de peixes no âmbito das cooperativas agrícolas	Mobilizar as cooperativas agrícolas para implementarem sistemas integrados de produção de peixes em suas áreas de atuação, a exemplo das ações empreendidas no desenvolvimento da avicultura, suinocultura e produção de leite no passado; (Essa ação deverá ser coordenada pela SDR, com o apoio das entidades estaduais voltadas ao fomento agropecuário.)	SDR via EMATER
	Apoio à ampliação da comercialização de peixe	Realizar encontros técnicos e campanhas publicitárias para incentivar a produção e o consumo regular de peixe; Apoiar a implantação de pontos de comercialização em feiras, respeitando as exigências sanitárias e fiscais; Criar normas técnicas para o funcionamento de entreposto de pescado em feiras; Simplificação de impostos e taxas para a agricultura familiar.	SDR via EMATER
	Apoio à comercialização de peixes em escala empresarial	Incentivar a estruturação de sistemas integrados de produção atrelados a unidades de beneficiamento de peixes; Promover a estruturação de mercado do produto junto a varejistas / supermercados e a consumidores qualificados, como restaurante, hospitais, quartéis, presídios, etc.; Promover a inserção da atividade no âmbito das regras do SUSAF-Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte, enquadrando como atividade da agricultura familiar;	SDR via EMATER
	Liberação da produção de tilápias na bacia do Rio Uruguai	Dispor subvenções à piscicultura desenvolvida no âmbito da agricultura familiar através do FEAPER, nos mesmos moldes da pecuária leiteira e da irrigação; Liberar a produção de tilápias em tanques escavados na Bacia do Rio Uruguai, nos mesmos moldes das demais bacias hidrográficas do Estado (Litorânea e Guaíba); (Realizar estudo com a finalidade liberar a produção de espécies nativas e exóticas em tanques-rede em rios e barragens.)	SDR via EMATER, SEMA via FEPAM, IBAMA

SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tabela 3.3.1 – SEMA: Setor Bovinos

Órgão Demandado Principal: SEMA			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
CARNE BOVINA	Necessidade de marcos regulatórios simplificados para projetos de intensificação da produção e uso de inovações tecnológicas	Redefinição, pelo Estado, das suas normativas e diretrizes legais de modo a simplificar a inovação tecnológica e o uso de sistemas mais intensivos e produtivos pelos pecuaristas. Estabelecimento de pautas associadas a licenciamentos de operação, liberação de atividades, orientações administrativas e aspectos ambientais, com o objetivo de estimular investimentos nos setores da Pecuária de Corte e da Indústria Frigorífica (revisão das exigências para frigoríficos acessarem recursos federais - BNDES).	Instituições Federais: MAPA Instituições Estaduais: SEMA via FEPAM SEAPI / Câmara Setorial

Tabela 3.3.2 – SEMA: Setor Peixes

Órgão Demandado Principal: SEMA			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
PEIXES	Licenciamento ambiental	Dispensar de licenciamento ambiental pisciculturas com área de exploração inferior a 2 ha de lâmina d'água; (O piscicultor que tiver área inferior 2 ha de lâmina d'água deverá, apenas, se cadastrar junto ao órgão de defesa ambiental do seu município.)	SEMA via FEPAM, SDR
	Liberação da produção de tilápias na baía do Rio Uruguai	Liberar a produção de tilápias em tanques escavados na Baía do Rio Uruguai, nos mesmos moldes das demais bacias hidrográficas do Estado (Litorânea e Guaíba); (Realizar estudo com a finalidade liberar a produção de espécies nativas e exóticas em tanques-rede em rios e barragens.)	Instituições Federais: IBAMA Instituições Estaduais: SEMA via FEPAM, SDR

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Tabela 3.4.1 – SEDUC: Setor Aves/Ovos e Suínos

Órgão Demandado Principal: SEDUC			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
AVES, OVOS e SUÍNOS	Fortalecer a Defesa Sanitária	Desenvolver e fomentar a biossegurança e bem estar-animal	Instituições Federais: MAPA SFA
		Fortalecer os programas de sanidade da avicultura e suinocultura, garantindo o atendimento às instruções normativas nacionais	MEC
		Modernizar os sistemas de inspeção, fiscalização e certificação existentes no país	Instituições Estaduais: SEDOC SEAPI SDR
		Investir em programas de educação sanitária, principalmente nas cadeias não organizadas, com divulgação nos cursos de medicina veterinária	EMATER
		Desenvolver ações viabilizadoras para tornar o RS com status de livre de aftosa sem vacinação e prospectar com suporte oficial, a busca de outras alternativas para acessar mercados diferenciados em relação à aftosa	SENAR SEBRAE SESCOOP

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

Tabela 3.5.1 – ST: Setor Aves/Ovos e Suínos

Órgão Demandado Principal: ST			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
AVES, OVOS e SUÍNOS	Fomentar o Aumento da Produção e Oferta de Milho no RS	Redução dos gargalos da importação de milho e aquisição de outras origens: - Interagir junto aos órgãos competentes para que o ramal ferroviário Norte-SUL chegue às áreas de produção no RS; - Apoiar a melhoria da infraestrutura portuária para recebimento de milho no Porto do Rio Grande.	Instituições Federais: Ministério dos Transportes Instituições Estaduais: ST

SECRETARIA DA SAÚDE

Tabela 3.6.1 – SES: Setor Ovinos

Órgão Demandado Principal: SES			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
OVINOS	Abateo, Abate Ilegal e Controle do Comércio	Promover um trabalho integrado dos diversos órgãos de fiscalização para coibir o abateo e o abate ilegal, com melhor controle do comércio de carne e lã	SES, SEAPI, SSP, SEFAZ, Prefeituras Municipais

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Tabela 3.7.1 – SSP: Setor Ovinos

Órgão Demandado Principal: SSP			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
OVINOS	Abateo, Abate Ilegal e Controle do Comércio	Promover um trabalho integrado dos diversos órgãos de fiscalização para coibir o abateo e o abate ilegal, com melhor controle do comércio de carne e lã	SSP, SEAPI, SEFAZ, SES, Prefeituras Municipais

SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA

Tabela 3.8.1 – SME: Setor Lácteos

Órgão Demandado Principal: SME			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
LÁCTEOS	Qualidade da Energia Elétrica	Setor lácteo produzirá documento com demandas de melhorias na energia elétrica (ex.: rede trifásica), o qual será cancelado pelo BRDE e encaminhado à Secretaria de Minas e Energia.	SME

SECRETARIA DA FAZENDA

Tabela 3.9.1 – SEFAZ: Setor Aves/Ovos e Suínos

Órgão Demandado Principal: SEFAZ			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
AVES, OVOS e SUÍNOS	Política Tributária - Interna	Manutenção da carga tributária e incentivos fiscais atuais - PL 214/2015	SEFAZ
	Política Tributária - Externa	Diferimento para o Mercosul e isenção para outros países da tributação (ICMS e demais tributos) na importação de milho, dando isonomia com o fluxo de exportação	
	Política Tributária - Externa - Desburocratização	Agilização dos processos na alfândega brasileira na importação de milho do Paraguai	

Tabela 3.9.2 – SEFAZ: Lácteos

Órgão Demandado Principal: SEFAZ			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
LÁCTEOS	Política Tributária - Interna	Manutenção da carga tributária e incentivos fiscais atuais - PL 214/2015	SEFAZ
	Política Tributária - Externa	Diferimento para o Mercosul e isenção para outros países da tributação (ICMS e demais tributos) na importação de milho, dando isonomia com o fluxo de exportação	
	Política Tributária - Externa - Desburocratização	Agilização dos processos na alfândega brasileira na importação de milho do Paraguai	
	Matriz Tributária	Matriz tributária de incentivo aos produtos lácteos e de valor agregado para ampliação do mix e de novos produtos	
	Política Tributária - "Guerra Fiscal"	Simplificação tributária para mitigar guerra fiscal	

Tabela 3.9.3 – SEFAZ: Bovinos

Órgão Demandado Principal: SEFAZ			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
BOVINOS	Política Tributária - Interna	Manutenção do Programa Agregar para o segmento da Indústria Frigorífica	SEFAZ
	Política Tributária - Externa	Na exportação de animais vivos (inclusive para outros estados) deve-se criar uma taxa de ressarcimento para a SEFAZ do Estado do Rio Grande do Sul.	

Tabela 3.9.4 – SEFAZ: Ovinos

Órgão Demandado Principal: SEFAZ			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
OVINOS	Política Tributária - Interna	Manutenção da carga tributária e incentivos fiscais atuais - PL 214/2015	SEFAZ
	Substituição Tributária	Extinção da substituição tributária do ICMS para produtos ovinos	
	FUNDOVINOS	Redução de dos valores recolhidos ao FUNDOVINOS, conforme proposta protocolada na Assembleia Legislativa (Processo Administrativo nº 015385.1500/15-0) - Valor máximo descontado seja de R\$ 0,05/kg lã e R\$ 2,40/kg carcaça	

Tabela 3.9.5 – SEFAZ: Ovinos

Órgão Demandado Principal: SEFAZ			
Setor	Entrave ou Demanda Identificados	Ações Sugeridas	Demais Entidades Demandadas
PEIXES	Política Tributária - Interna	Manutenção da carga tributária e incentivos fiscais atuais - PL 214/2015	SEFAZ
	Proteção à Atividade Estadual	Medidas fiscais para proteção da comercialização do peixe produzido no RS em relação aos produzidos em outros estados e em outros países.	

04

COMPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO TÉCNICA DO ESTUDO

A seguir, apresentar-se-á a relação dos principais integrantes e representantes dos Grupos Técnicos (GT) formados pelas entidades e pelos setores neste estudo envolvidos.

Convém salientar que a ordem de apresentação aqui adotada será a alfabética e que cada Grupo Técnico contou, eventualmente, com a colaboração de diversos outros envolvidos e partes interessadas.

Segue abaixo a relação:

a) GT do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE:

- Alexandre Platonow Barros - alexandre.barros@brde.com.br
- Carlos José Ponzoni - carlos.ponzoni@brde.com.br
- Cesar Augusto Amaral Leitão - cesar.leitao@brde.com.br
- Fabiano Casiraghi - fabiano.casiraghi@brde.com.br
- Graciele Dequi - graciele.dequi@brde.com.br
- Henrique de Abreu Grazziotin - henrique.grazziotin@brde.com.br
- Leosergio Angheben - leosergio@brde.com.br
- Lucas Ulguim Lopes - lucas.lopes@brde.com.br
- Paulo Roberto da Silva - paulo.silva@brde.com.br
- Rafael Abrahao - rafael.abrahao@brde.com.br

b) GT do Setor de Aves/Ovos e Suínos (entidades participantes):

- SIPS RS
- ASGAV
- SIPARGS
- FIERGS/CONAGRO
- ALIBEM
- MAJESTADE
- JBS FOODS
- COOPERATIVA LANGUIRU
- COOPERATIVA SUINOCULTORES DE ENCANTADO - DÁLIA
- BRF
- LABEMA/ADELLE
- COOPERATIVA OURO DO SUL
- COOPERATIVA SANTA CLARA

c) GT do Setor de Lácteos:

- Alexandre Guerra - alexandre@coopsantaclara.com.br
- Ana Brunetto Imerlin - imerlin@emater.tche.com.br
- Andrea Toller Pinto - andrea.troller@ufrgs.br
- Arno Kayser - arno-kayser@fepam.rs.gov.br
- Carla M. Paulitsch - carla@iglrs.com.br
- Darcy Bitencourt - darcy.bitencourt@embrapa.br
- Darlan Palharini - darlan@sindilat.com.br
- Jorge Rodrigues - jorge@farsul.org.br
- José Máximo Daronco - jose-maximo@sescoprs.coop.br
- José Renato Coimbra - jrenatocoimbra@gmail.com
- Marcio Fonseca - marcio@fetagr.org.rs

- Marcio Madalena - marcio.madalena@mda.gov.br
- Mauda Rocha - mauda.rocha@anvisa.gov.br
- Osmar Redin - osmar-redin@sdr.rs.gov.br
- Roberto Schoeder - roberto.schoeder@agricultura.gov.br
- Rodrigo Rizzo - rodrigorrizzo@rodrigorrizzo.com.br
- Valeska T. Ilha - valeska.ilha@sescoprs.coop.br

d) GT do Setor de Bovinos/Ovinos:

- Alexandre Barros - BRDE - alexandre.barros@brde.com.br
- Ana Paula Brunetto - EMATER - abrunetto@emater.tche.br
- Antônio Neto - SEAPI - antonio-neto@seapa.rs.gov.br
- Carla Lehugeur - CST/SEAPI - carla-lehugueur@agricultura.rs.gov.br
- Carlos Roberto Simm - FEDERACITE - federacite@federacite.com.br
- Edegar Franco - ARCO - programasarco@arcoovinos.com.br
- Eduardo Amaro Bernhard - FEBROCARNE - febrocarne@gmail.com
- Estefania Damboriarena - EMBRAPA - estefania.damboriarena@embrapa.br
- Gedeão S. Pereira - FARSUL - gedead@farsul.org.br
- Gilson Souza - SFA/MAPA - gilson.souza@agricultura.gov.br
- Humberto B. da Silva - SICADERGS - frigo.carneirosul@gmail.com
- Ivo Kohek Jr - SEAPI - ivo-kohek@agricultura.rs.gov.br
- João Bernardo S. Filho - SICADERGS - carneirosul01@gmail.com
- Júlio Barcellos - NESPRO/UFRGS - julio.barcellos@ufrgs.br
- Laura L. Almeida - FEPAGRO - laura-almeida@fepagro.rs.gov.br
- Leonardo D. Fortes - SICADERGS - leonardo@comesulbeef.com.br
- Paulo Afonso Schwab - ARCO - paschwab@terra.com.br
- Paulo Spannenberg - SEAPI - agregar-carnes@seapa.rs.gov.br
- Raul Oliveri - LANOBRASIL - raulaoliveri@gmail.com
- Rodrigo Ramos Rizzo - SEAPI - rodrigorrizzo@rodrigorrizzo.com.br
- Tamara Esteves de Oliveira - NESPRO/UFRGS - esteves.teo@gmail.com
- Valdomiro Haas - SEAPI - valdomiro-haas@seapa.rs.gov.br
- Vicenti Ney - SDR - pecuariafamiliar@sdr.rs.gov.br
- Zilmar Moussalle - SICADERGS - zjmoussalle@gmail.com

e) GT do Setor de Peixes:

- Enrique Bartels - EMATER - bartels@emater.tche.br
- Ezio Gomes - SDR - egomes@emater.tche.br
- Juarez Jeffman - FEPAM - juarez-jeffman@fepam.rs.gov.br
- Leosergio Angheben - BRDE - leosergio@brde.com.br
- Marco Aurélio Rotta - FEPAGRO - marcoarotta@yahoo.com.br
- Paulo Radunz - SDR - agriculturafamiliar@sdr.rs.gov.br
- Rafael Lazzari - UFSM - rlazzari@ufsm.br
- Ricardo Núncio - SDR - ricardo-nuncio@sdr.rs.gov.br

BRDE
BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DO EXTREMO SUL



GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TO**DS**
PELO RIO GRANDE